

EM TEMPO:

Quinzenário nacional • nº 140 • 12 de Novembro a 2 de Dezembro de 1981 • Cr\$ 50,00

**EM TEMPO ESPECIAL
DE FIM DE ANO**

Dia 3 de dezembro nas bancas
Em virtude do tempo necessário para preparação desta edição especial de fim de ano — maior número de páginas e tema exclusivo — a presente edição ficará em circulação por uma semana a mais que a habitual.

GOVERNO ZOMBA DA FOME E DESEMPREGO



Figueiredo não respondeu às exigências de trabalhadores de 1.200 sindicatos para acabar com a fome, o desemprego e o latifúndio. Este programa passa a ser eixo obrigatório da luta popular contra a ditadura. Nas páginas 10 e 11, um balanço impressionante do quadro de calamidade em que se encontra o país por causa da política patronal do governo.



Rússia, 1917 O exemplo dos soviets

A revolução causou arrepios nos burgueses do mundo inteiro. Pela primeira vez e de forma duradoura os conselhos operários exercitavam o poder. EM TEMPO debate a supremacia do poder direto sobre a democracia parlamentar. pgs. 16 e 17

Em primeira mão, as decisões da Reunião do Diretório Nacional do PT

pgs. 4 e 5

Lula, Rossi, Bete Mendes, e outros Em debate "Eles não usam Black-tie"

pg. 13

Escândalo no XXXIII Congresso Diretoria bota entidade à venda

pg. 14

A histórica pressão contra os padres

Enquanto se avolumavam ingênuos elogios à decisão de Aureliano de não expulsar os padres antes do julgamento, os órgãos de repressão articulavam histórica pressão por sua condenação: tentam mostrar que a guerrilha está voltando no Araguaia por responsabilidade da Igreja.

Num exercício de jornalismo "tendencioso" no mau sentido, o jornal **O Estado de S. Paulo** dedicou três páginas no último domingo à transcrição de trechos da peça acusatória contra os padres franceses. Ela é composta principalmente do relatório sigiloso da polícia federal (ver box) e de documentos pretensamente encontrados na casa dos padres. Intencionalmente, o jornal omitiu todos os depoimentos dos acusados, onde eles refutam as acusações.

O relatório publicado é sigiloso, mas o leitor atento acaba descobrindo um dos autores: o delegado da polícia federal José Amorim de Vasconcelos que tenta provar que "depois de desmantelamento da guerrilha do PC do B, diz o relatório, o clero esquerdista da área passou a intensificar o proselitismo marxista". É admitido, porém, que "os problemas fundiários da região facilitou a ação subversiva". Mas alega-se que é "difícil dialogar com os religiosos, na medida em que eles não aceitam nenhuma solução fora do contexto da luta de classes".

Na tentativa de comprovar a "subversão" dos padres, as autoridades imputam-lhes a autoria do texto "Fé e Política", onde estaria escrito que "os oprimidos têm que construir uma sociedade nova onde não há mais ricos e pobres" e que "a classe operária tem que conquistar seu lugar, pois o reino de Deus se faz dentro do contexto da luta de classes que hoje é fato histórico". Mas o texto em que mais se apegam os acusadores é ata, escrita em francês, de uma reunião do grupo de sete padres franceses da congregação "Missões Estrangeiras de Paris - MEP", da qual fazem parte os padres Chico e Aristides. Mas Aristides não



só contestou a tradução feita pelos policiais como também negou ser o autor da ata.

O trecho da ata que provocou maior celeuma é assim apresentado pela polícia: "um enfoque da análise marxista pode ser utilizado para a análise da realidade, e aqui com o apoio dos membros do PC do Brasil, guardando

o Evangelho todo o seu vigor de contestação da ordem estabelecida e anúncio do reino que vem do Alto". No entanto, cabe lembrar que várias autoridades governamentais se gabam - impunemente - de utilizar "o enfoque marxista para a análise da realidade", entre elas Jarbas Passarinho, Delfim Neto etc.

Também "más companhias" são invocadas para comprometer os padres: estes estariam agindo "juntamente com Paulo Fonteles, ex-terrorista da ALN, hoje advogado da CPT". Além disso, (pasmem-se!) acusa-se terem sido encontrados na casa dos padres livros (compráveis em qualquer livraria do país) como "Sangue da Terra", reportagens de Muri Carvalho, e "Araguaia - o partido e a Guerrilha", de Wladimir Pomar.

Quem são os padres

Aristides é um missionário singular. Francês, 39 anos, teve seu batismo de fogo durante a guerra do Vietnã. Trabalhou no Laos de 1970 a 1976, de onde acabou expulso, após a vitória contra os americanos.

Em 1978, logo que chegou a São Geraldo do Araguaia juntamente com o Pe. Francisco, Sebastião Rodrigues de Moura, o major "Curió", tentou a todo custo evitar seu contato com o povo. Foi um período difícil; ninguém ia à missa nem abria a porta aos padres, tal era o pavor de voltarem as perseguições da época da guerrilha de 72.

Mas os padres acabaram conquistando a amizade do povo e Curió teve de mudar de tática. Tentou "cooptar" o padre Aristides tido como o "cabeça" dos missionários. Vivia atrás dele para "conversar sobre o povo" e chegou até a lhe dar seu telefone com a seguinte advertência: "Ligue depois da meia-noite, pois antes o aparelho está grampeado". Por seu lado, Aristides não perdeu uma oportunidade de denunciar a Curió as inúmeras arbitrariedades cometidas pelos fazendeiros e policiais contra os posseiros. Muitos dos quais, hoje, ao igual que ele, também estão presos. É a estes que ele, agora, da cadeia, escreveu a carta abaixo:

Aos posseiros na cadeia

"Queridos companheiros de cadeia. Espero que estejam bem apesar de estarem ainda na cadeia. (...) Vi trechos dos seus depoimentos, dos seus interrogatórios. Para mim é claro que vocês não puderam responder livremente às perguntas feitas para, usando de vossas respostas, provar que a gente é subversiva. Penso especialmente no João Matias que passou oito dias de sofrimento algemado no jipe. João, eu não fico amargurado contigo de jeito nenhum. Se eu for expulso, saiba que deixei todos os dados de que precisa para te defender e defender os companheiros.

Coragem companheiros, estamos fazendo juntos a via sacra do pobre, mas com fé em Deus vocês vão sair logo, eu tenho a certeza disso.

A "guerra" no Araguaia

Trecho do relatório da Polícia Federal sobre o caso dos padres onde aparece o diagnóstico da situação da região.

"Verificamos que a situação fundiária no município de Conceição do Araguaia se agrava dia a dia. O atrito entre posseiros e fazendeiros é constante, a conciliação que prometemos é temporária (...) o quadro é assustador. Os homicídios são constantes, os au-

tores não são processados, fogem e embrenham-se nas matas (...) Ao que observamos e apuramos, concluímos que medidas urgentes deverão ser tomadas para o controle da região, sujeita a voltar à condição de 1972 (guerrilha ou conflito armado)".

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Americo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.
Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Diagramação: Sérgio de Oliveira

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 — CGC 19.858.067/002-70.

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha nº 1407 - loja 20 - Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 Visconde; Caixa Postal 1427

Impressão: Cia. Editora Jornal - R. Gaspar da Cunha, 49 - São Paulo - Fone: 51.1000

Economia brasileira

A escalada da recessão

A conjuntura recente da economia brasileira tem sido "saudada" pelo governo e pela grande imprensa com evidentes ares de otimismo onde tem prevalecido a máxima de que "o pior já passou". Com efeito, os dados divulgados de desemprego indicam uma redução da taxa de redução do nível de emprego. Em outubro ela teria caído apenas 0,1% em relação a setembro. Ao mesmo tempo, a situação da Balança Comercial vem melhorando, a ponto de se prever um saldo de 1 bilhão de dólares até o fim do ano. Para completar, a inflação continua em curva descendente podendo até mesmo vir a fechar o ano em apenas dois dígitos: 98 ou 99 por cento.

Convenhamos que "tudo isso" é bem pouco diante dos efeitos colaterais provocados: redução de mais de 5% do produto industrial (fato inédito nos últimos 50 anos) e aproximadamente 9 milhões de desempregados e subempregados.

Não podemos falar em fundo do poço como a Argentina mas seguramente estamos inaugurando nova fase tumultuada de nem "stop" nem "go", isto é, um longo período de estagnação econômica. É só fazer as contas para o ano que vem. Se o governo mantiver a atual política econômica, a recessão não apenas se manterá como progredirá. Se, pelo contrário, ele decidir reaquecer a economia, a inflação explodirá novamente e voltamos a mesma situação de 1980 acrescida da recessão de 81.

É claro que, para romper o círculo vicioso, seria necessário um programa de amplas e profundas mudanças de que este regime nem de longe cogita.

Presidente da FIESP

Reacionário pretencioso

Quando assumiu a presidência da FIESP no ano passado, Luis Eulálio Bueno Vidigal foi saudado pela grande imprensa como uma espécie de "renovação" no carcomido e esclerosado quadro de representação institucional da burguesia. Sua posse foi vista como um sinal dos tempos da abertura, vitória dos setores liberalizantes da classe a que pertence.

É certo que, com Vidigal, a representação burguesa foi agilizada, porém, em sentido inverso ao inicialmente previsto. Ele ofereceu pouca ou nenhuma resistência à política recessionista de Delfim. Reclamou do nível das taxas de juros, mas na hora de propor não foi além da sugestão dos juros pré-fixados, evitando assim, um enfrentamento corpo a corpo com os banqueiros.

Quando finalmente resolveu brigar escolheu como inimigo a política salarial do governo. Encomendou um estudo de 40 laudas cheio de gráficos para provar que lei atual causa inúmeras distorções na economia e não beneficia os trabalhadores. Compareceu à última reunião da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e não conseguiu convencer nem os seus pares sobre a seriedade das propostas. Mas, como além de reacionário é pretencioso, anunciou publicamente que compra essa briga de qualquer jeito: quer chegar até o Congresso Nacional e fazer passar a sua lei cujo único objetivo claro é extinguir o índice de produtividade nos reajustes salariais para referendar o que a FIESP já vem fazendo na prática como nas atuais negociações com os metalúrgicos de São Paulo. (MB)



EDITORIAL

O programa da CONCLAT frente ao NÃO do governo

No dia 16 de novembro terminou o prazo dado pelo movimento sindical, através da Comissão pró-CUT, para que o governo respondesse a suas reivindicações. Mas o governo, que nem mesmo recebeu a Comissão, do alto de sua arrogância e prepotência, do alto de sua essência mesma anti-popular, muito provavelmente nem se dirigirá aos trabalhadores.

A resposta que se antevia, por meio da greve geral, não é ainda para o momento imediato. Continua na ordem do dia, mas requererá ainda muita organização e preparação pelo movimento ficando, assim esperamos, para o ano que vem.

No entanto a CONCLAT já forneceu ao movimento dos trabalhadores brasileiros a base para seu programas de lutas contra a ditadura dos militares e dos patrões. O que é um ganho que não pode de forma alguma se deixar perder; pelo contrário, cabe às forças dirigentes do movimento operário desenvolver esta base rumo a um programa de lutas e de governo mais acabado.

Um programa de governo e não só de lutas, porque a recusa do sistema em sequer receber os trabalhadores coloca de modo patente a necessidade e inevitabilidade de suas lutas rumarem para a própria tomada do poder por um governo que se coloque do lado dos explorados.

O combate ao desemprego, à carestia, à carência de moradias, ao arrocho salarial, ao caos previdenciário, e à concentração da propriedade das terras - estas as reivindicações imediatas dos trabalhadores - demonstrou não ser de modo algum assimilável, sequer parcialmente, por este governo que aí está.

E é por isso mesmo que, ao lado destas reivindicações básicas, os trabalhadores já colocaram, na sua histórica reunião da CONCLAT, a luta por uma Constituinte precedida da derrubada do regime militar. Como forma de, a partir do NÃO do go-

verno, mostrar para o povo e orientar seu caminho, no rumo da substituição da ordem militar que aí está.

Esta base programática dos explorados tem que ser preservada a todo custo e não pode se deixar perder. Mas isso não basta; é preciso desenvolvê-la mais completamente. Não basta aos trabalhadores puxar a luta democrática contra a ordem ditatorial. Pois a recusa da ditadura em atendê-los não é por outra razão senão sua vinculação indissolúvel com o sistema capitalista selvagem que ela mesma cuidou de desenvolver levando a exploração do povo às raias do pior inferno imaginável.

O atendimento às reivindicações básicas dos trabalhadores poria abaixo todo o sistema econômico de super-exploração implantado sobre nós, que só sobrevive se alimentando da miséria extrema das massas.

Por isso mesmo os trabalhadores têm que desenvolver no interior da luta democrática, da luta pela Constituinte, uma proposta de governo seu, que é quem teria as condições de atender suas reivindicações básicas. Um governo dos trabalhadores, é claro, e provido de um programa de realizações imediatas que garantiriam o atendimento daquelas reivindicações básicas dos trabalhadores diante do boicote e do caos que os patrões imporiam à economia nacional quando sentissem o chão se mover sob seus pés.

Particularmente agora, neste ano eleitoral que teremos pela frente, este desenvolvimento programático é importante como base para a plataforma que o PT irá agitar frente às massas. Pois, para um partido de lutas, não pode haver separação entre seus combates no terreno sindical e popular e suas campanhas eleitorais. Estas, pelo contrário, têm que ser uma extensão e um momento da luta de classes travada no dia a dia nos movimentos sociais.

Dia 12, a recepção à volta do general presidente

Chora Figueiredo, Figueiredo chora, Chora Figueiredo, Chegou a sua hora...

Marchinha cantada pelos manifestantes do 1.º de Maio de 1980, ao longo da passeata dos 100 mil em São Bernardo do Campo.

A crise chegara a tal ponto que o general presidente, homem tido como impetuoso, franco e de vontades fortes, desabafou curto e grosso: já não aguento mais, chega de trombadas, o que eu quero é férias...

E lá se foi Figueiredo por semanas inteiras a gozar dos banhos de sol da Gávea Pequena, a fazer compras pelo interior norte americano e a ficar de barriga pro ar na Granja do Torto.

Nesse meio tempo, entretanto, o país continuou trombando, em choques maiores e mais esparramados. O general presidente, certamente, volta agora nesta semana sorridente e refeito. Mas, pelo visto, breve irá chorar novamente.

De cara, ele já não vai contar com um vice tão de nada e à toa quanto antes, com um caminho tão inteiramente livre para a gang do Planalto deitar e rolar na sucessão presidencial. Os conflitos entre os milicos disputantes já era grande, e o que se viu neste período foram trombadas ainda mais fortes na disputa palmo a palmo do espaço da sucessão, saindo Aureliano fortalecido no final da linha. Da traumática e rocambolesca encenação "institucional" no empoça ou não empoça o vice, passando pelos governos paralelos entre Brasília e o hospital do Rio e chegando agora aos conflitos da liderança do PDS com a presidência.

Mas enfim, o que importa assinalar é que, no vazio político deste regime bastou um vice civil inexpressivo assumir a poltrona para que as cartas da sucessão se embaralhassem ainda mais.

Mas isso não é nada. Os efeitos da implosão do esquema de sustentação parlamentar da ditadura ainda não passavam. Primeiro foi a sublegenda que, numa derrota imprevista dentro do desgoverno do governo, desarmou em muitos estados a estratégia-saladão de várias sucessões regionais do partido governista. Logo em seguida veio o rombo no projeto oficial anti-povo, para saneamento da Previdência, com todo o desgaste político para o governo - que ficou no papel de esfaqueador de velhos aposentados - que ainda por cima não ganhou nada em troca, tendo agora que voltar à carga para o saneamento do déficit previdenciário.

Noutro nível, a longa penitência que Figueiredo vinha cumprindo desde a visita do Papa ao país, num hábil mas lento vazilamento de suas relações com a Igreja, foi por água abaixo com os desdobramentos da prisão dos padres franceses provocada pela linha dura.

E por fim, dias após a posse do general presidente, a Comissão pró-CUT estará lhe dando sua resposta, em nome de milhões de trabalhadores, diante da recusa do governo em até mesmo atendê-los para ouvir suas reivindicações semanas atrás.

A panela esquenta, o caldo entorna, e é nela que Figueiredo pula agora.

Em perspectiva, o ano que vem eleitoral não está nada pro tubarão. O PDS, literalmente em frangalhos depois dos últimos episódios no Congresso, se decompõe. Em primeiro lugar não há comando. O que não é de se assustar, quando na liderança dos deputados está o "cora-

joso" coronel Cantídio Sampaio, autor da Lei Fleury entre outros feitos notáveis que lhe dão o perfil, e na chefia dos senadores está o fofoso e ousado Nilo Coelho, que se notabilizou por apertar furtivamente os botões de votação dos opositoristas ausentes da casa ao invés de caçar os gazeteiros senadores do PDS.

Com este comando, é fato, não há partido que funcione, mesmo que regado a quantas mordomias e favores se possa imaginar. Mas a implosão não está aí, nesta dimensão até mesmo pitoresca do partido governista. O buraco é bem mais embaixo, mais além da derrota da sublegenda a apavorar os múltiplos candidatos às sucessões estaduais. O buraco é do próprio estado geral do regime que não inspira mais a mínima confiança nem mesmo entre seus comparsas de encenação parlamentar. São muitos no PDS que já não crêem na sua reeleição sob esta famigerada legenda, e começam a conchavar a mudança de paletó. A ponto do comando do partido já pensar em convocar, para reassumir mandato, secretários de estado temporariamente substituídos por deputados suplentes mais rebeldes.

Neste quadro, o jogo eleitoral do governo vai ter que dar voltas e se refazer. O que desponta é a tentação de aproximação das oposições confiáveis e bem comportadas, num quadro de alianças mais amplo para a "salvação da abertura". Ou então, a tentação de deixar cair o pano e acabar com a festa na base do "prender e arrebentar". Isto porém, se é que o fraco coração do impetuoso general aguentar mais tempo.

Ponto de vista



"Qualquer um pode estar insultando a luta de classes. Até mesmo os patrões quando desagradam os operários." (D. Jaime Chamelo, bispo de Pelotas comentando o "relatório secreto" sobre os padres Camio e Gouriou).

"O problema da terra não será resolvido com a expulsão nem de dois padres nem de toda a

Igreja. Quem precisa ser expulso são os latifundiários." (Lula, em entrevista coletiva no dia 8 de novembro).

"É lamentável que os padres franceses continuem presos porque estavam conscientizando o povo, enquanto Doca Street, condenado, continua em liberdade." (D. Paulo Evaristo Arns, na reunião de Itaici).



O partido se

Reunião do
Diretório Nacional

1. Secretarias

Começa a se construir um aparato eficaz para o trabalho da direção

Durante três dias (30/10 a 2/11) esteve reunido em São Paulo o Diretório Nacional do partido,

Contando com a presença de 65 de seus 93 membros o Diretório, passada agora a fase de legalização do PT, pegou o boi pelo chifre e, num ritmo intenso de trabalho, começou a enfrentar uma por uma a bateria de tarefas postas na ordem do dia para a consolidação do partido.

No entanto, a precária preparação da reunião somada ao tempo curto frente a uma pauta tão ambiciosa, não permitiram alcançar o saldo que se esperava. Tratou-se de uma primeira reunião de um coletivo ainda pouco entrosado

Mas é verdade também que só uma avaliação correta da reunião permitirá que das próximas vezes o partido aprove resoluções mais concretas e precisas, não adie algumas questões centrais e evite tomar deliberações precipitadas.

A partir de uma proposta da Comissão Executiva Nacional, o primeiro ponto da pauta do Diretório foi o funcionamento da direção do partido. Cirou-se uma série de comissões e secretarias que são as seguintes:

1) **Comissões internas da Executiva:** Segundo a proposta aprovada, "esta divisão visa estabelecer 'quem fala' e em que 'ordem de preferência' sobre os diversos assuntos que afetam à Executiva."

• **COMISSÃO POLÍTICA** — A ela cabe falar em nome do partido, orientar o trabalho parlamentar e coordenar a campanha eleitoral ficando integrada pelo Presidente (Lula), 1.º Vice (Olívio), Secretário Geral (Jacó), 1.º Secretário (Antonio Carlos) e líder da bancada federal (Airton Soares).

• **COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO** — Encarregada da campanha de nucleação e outros problemas internos, composta do Secretário Geral (Jacó), Secretário de Organização (deputado Freitas Diniz, agora em substituição a Antonio Carlos que acaba de deixar este cargo), 2.º Secretário (Francisco Wefort) e 3.º Vice (Apolônio de Carvalho).

• **COMISSÃO DE FINANÇAS** — Responsável por todas as questões relativas a finanças, integrada pelo 1.º Tesoureiro (Freitas Diniz), 2.º Tesoureiro (Clóvis Ilgenfritz) e 3.º Vogal (Ibrahim).

2) **Conselhos Regionais:** Para auxiliar a Executiva no acompanhamento do trabalho dos vários estados, estes foram agrupados em cinco regiões (Norte, Nordeste — esta subdividida em três áreas — Centro-Oeste, Sudeste e Sul) os membros do Diretório Nacional oriundos destas regiões passando a compor Conselhos Regionais, um dentre eles a ser escolhido como responsável e delegado da Executiva na região.

3) **Secretarias Executivas:** Para a execução propriamente do trabalho foram

criadas várias secretarias por setores definidos e dirigidas por membros da Comissão Executiva Nacional. São as seguintes:

• **SECRETARIA DE IMPRENSA E PROPANGA** — Dirigida por Hélio Doyle (1.º Vogal) em continuidade ao trabalho anterior já existente.

• **SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERIORES** — Dirigida por Luis Eduardo Greenhalgh (5.º Suplente).

• **SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÁRIA** — Dirigente ainda não indicado.

• **SECRETARIA SINDICAL** — Dirigida por Olívio Dutra (1.º Vice).

• **SECRETARIA DE CULTURA** — Proposta pela atriz e integrante do Diretório Nacional do PT Bete Mendes e aprovada sob direção da mesma.

• **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA MUNICIPAL** — Dirigida por Luis Soares (2.º Vogal) e encarregada da elaboração de planos de ação municipal para o partido.

• **SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA** — Dirigida por Francisco Wefort (2.º Secretário).

• **SECRETARIA DE MOVIMENTOS POPULARES** — Abrangendo uma série enorme de temas e frentes de trabalho político (estudantes, negros, mulheres etc) esta secretaria foi criada mas ainda não indicado seu secretário. Uma discussão posterior entre a Comissão executiva e os membros do Diretório que se inscreveram para participar desta Secretaria detalhará as tarefas e definirá o Secretário, ficando antevista a possibilidade de desmembramento em mais de uma secretaria.

A questão estudantil

Já na própria reunião do Diretório discutiu-se um desmembramento imediato através da criação da Secretaria Estudantil. Os proponentes argumentavam que trata-se de um movimento já consolidado a nível nacional, com uma dinâmica intensa, com grande contingente de militantes do PT em pontos chave e, lamentavelmente, até agora, cada um atuando como lhe convém, sem nenhuma coordenação efetiva do partido para uma ação centralizadora. Ou seja, estavam dados todos os requisitos que o próprio Diretório instituiu momentos antes para se definir desmembramentos posteriores da secretaria. No entanto, por razões que não ficaram nada claras a maioria entendeu que a criação da Secretaria Estudantil seria prematura naquele momento.

Cabe assim, agora, principalmente aos estudantes petistas, cobrarem da direção do partido a correção desta falha gritante na reunião do Diretório. Pois é simplesmente absurdo um partido que se pretende de ação dentro dos movimentos sociais desconsiderar esta realidade do movimento estudantil hoje no país. É verdade que trata-se de uma realidade complexa, com várias posições divergentes atuando no terreno. Mas isto simplesmente vem cobrar urgência de uma definição e estruturação do partido na área que, ademais, não é menos complexa que a sindical por exemplo.

• **SECRETARIA DE FILIAÇÃO E NUCLEAÇÃO** — Dirigida por Apolônio de Carvalho (3.º Vice) e encarregada da campanha de filiação e nucleação (ver abaixo).

• **SECRETARIA JURÍDICA** — Dirigida por Hélio Bicudo (3.º Suplente).

2. Estudos Políticos

Criado Instituto com nome do líder petista assassinado no Acre

O Diretório criou também o instituto de estudos políticos do PT: "Fundação de Estudos e Formação Política Wilson Pinheiro de Souza" em homenagem ao líder sindical rural do Acre e militante do PT assassinado no ano passado por grileiros da região. Definida pela Lei Orgânica dos Partidos, a fundação será uma forma legal do partido poder contar com recursos financeiros extrapartidários para suas atividades na área de formação política.

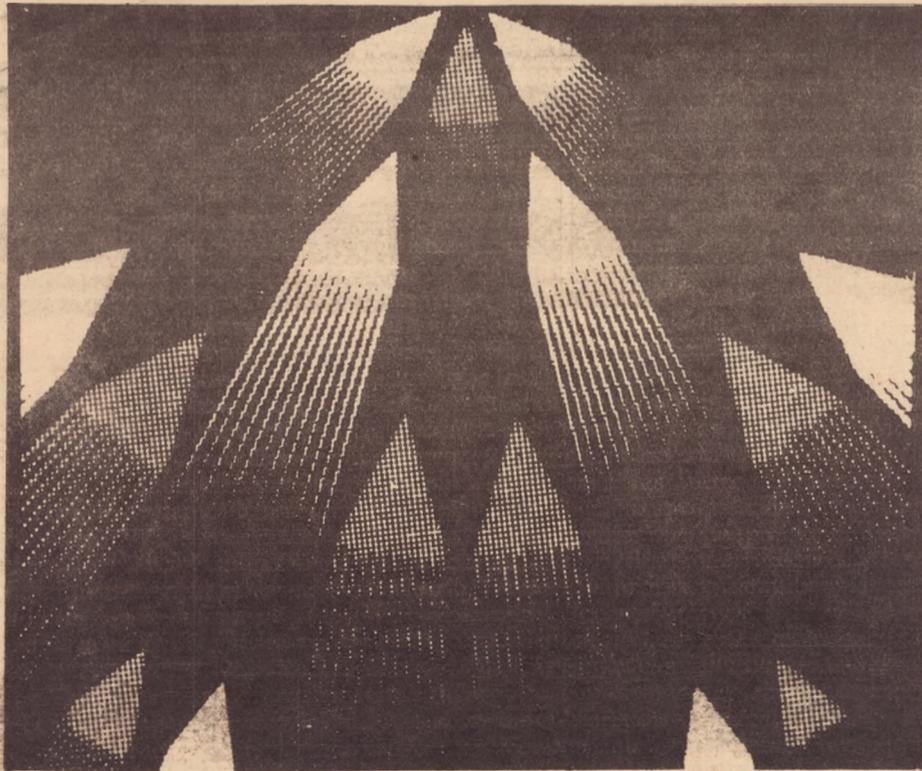
3. Registro do PT

Até fevereiro, os novos filiados podem ser candidatos

Uma outra questão em pauta era a data para a entrada do pedido de registro do PT junto ao TSE. Desde a realização da convenção nacional que a documentação toda já estava pronta aguardando apenas uma avaliação política para a definição da data.

O problema tem a ver com o prazo limite para filiações ao partido com vistas ao filiado se candidatar às eleições do ano que vem. Para os partidos com o registro já deferido este prazo — segundo projeto do próprio governo que tramita atualmente no Congresso — será de um ano de antecedência à data do pleito para as eleições estaduais e federais, e seis meses para as eleições municipais. Se a data das eleições for 15 de novembro do ano que vem, o prazo — no caso dos partidos com registro já deferido — termina assim, agora neste próximo dia 15 para a filiação dos que desejam se candidatar a cargos estaduais e federais.

No entanto, para os partidos que ainda não obtiveram seu registro, este prazo limite é contado a partir da data do deferimento do pedido pelo TSE. O PT dando entrada agora no seu pedido — como deliberou o Diretório — o despacho final só ocorrerá em fevereiro. Desta forma mais um atrativo do partido: no PT, quem se filiar até fevereiro, ainda vai poder se candidatar.



arma para a luta

4. Eleições de 82

Uma definição precisa e concreta ficou para a convenção de janeiro.

Depois destes pontos organizativos iniciais que ocuparam todo o dia de sábado, no domingo o Diretório entrou de cheio na discussão política das eleições. Para a abertura inicial da discussão, Luiz Eduardo Greenhalgh e Apolônio de Carvalho, em nome da Executiva, expuseram uma visão do momento político e as propostas que a direção trazia para o plenário (ver abaixo um resumo da exposição de Luiz Eduardo).

No entanto, ao igual que em outros pontos da reunião do Diretório, aqui também faltou direção com pulso e clareza e, de volta dos grupos de trabalho, o plenário perdeu-se em detalhes não chegando a resultados tão à altura das intenções da Executiva.

Aprovou-se, enfim, pouca coisa.

1. Candidatos próprios em todos os níveis

Sem maiores precisões de tática para encaminhamento da questão simplesmente ratificou-se a decisão da pré-convenção nacional no propósito de lançamento de candidaturas próprias para todos os níveis e cargos. A resolução agrega ainda que o PT está contudo aberto ao diálogo e discussão com os demais partidos da oposição, ficando assim a decisão definitiva a depender da evolução da conjuntura e da correlação de forças. Termina concluindo que, no entanto, internamente, o PT não crê que as coligações venham a ser possíveis, dado o caráter classista de sua proposta relativamente às dos demais partidos de oposição.

2. Um roteiro para a discussão política

Para coesionar e homogeneizar o partido, o Diretório deliberou um roteiro único nacional que orientará o debate político-eleitoral até a pré-convenção nacional de janeiro, que deverá então tomar deliberações definitivas: a) conjuntura; b) a questão do poder; c) referências existentes (programa, manifesto etc); d) programas de governo; e) tática eleitoral; f) relação entre o partido, candidatos e eleitos.

À luz deste roteiro deliberou-se ainda que uma comissão eleitoral a ser constituída de-

verá elaborar um texto com posições definidas que será, no prazo de três semanas, divulgado em todo o partido para a orientação dos debates dentro de um calendário unificado também nacionalmente.

3. Calendário de debates e atividades

O roteiro, como dito acima, será debatido dentro do seguinte calendário, também aprovado: a) início imediato da discussão do roteiro; b) divulgação dentro de três semanas do texto base calcado no roteiro; c) as regionais que assim o entenderem poderão nos seus encontros agora no final do ano já lançar os seus candidatos aos cargos majoritários (governador e vice, e senador); d) todos os candidatos aos cargos proporcionais somente poderão ser lançados após a pré-convenção nacional de janeiro, à luz de suas deliberações.

4. Campanhas imediatas

Por fim deliberou-se também duas campan-

has nacionais imediatas para o partido no que toca às eleições: a) luta contra a Lei das Inelegibilidades; b) propaganda eleitoral em cima da sigla PT e de uma síntese do programa do partido.

As resoluções são boas, razoáveis, e não representam nenhum recuo das posições já estabelecidas pelo partido. Mas, frente à expectativa e às necessidades atuais do partido, elas são claramente insuficientes, abstratas, e corre-se o risco de por isso mesmo serem inócuas.

Em primeiro lugar, a discussão se deu desvinculada de uma tática mais global do PT para o momento político. As eleições assim não se ligam com a luta prioritária hoje definida pelo PT que é contra o desemprego, o que abre campo para o eleitoralismo, apesar das saudáveis intenções em contrário da direção. A questão do desemprego estava como último ponto da pauta e sequer chegou a ser discutida. Em segundo lugar, a posição sobre coli-

gações aprovada é frágil, abrindo espaço para interpretações variadas. Tanto assim que, em cima do ataque que a grande imprensa promoveu na semana passada contra o PT, divulgando posições pró-coligação atribuídas ao partido, a direção não se bastou com divulgar a resolução aprovada pelo Diretório: o secretário-geral, Jacó Bittar, teve que vir a público declarar que "ninguém está autorizado a conversar sobre coligações com quem quer que seja em nome do partido"! Em terceiro lugar, a tão anunciada e necessária campanha de filiação e nucleação massiva — a verdadeira arma do PT para enfrentar os casuismo nas eleições — entrou igualmente no final da pauta, e sequer foi debatida, ficando agora para ser reencaminhada pela Comissão Executiva.

E por fim, a questão do lançamento de candidaturas: a direção pretendia adiá-la para maio, depois de consolidada a campanha de filiação e nucleação que seria agora o objetivo central do PT. Argumentava-se que um grande risco eleitoral cairia sobre o partido se lançados já os candidatos, como muitos vinham pleiteando junto à direção. Mas o plenário de Diretório terminou aprovando a resolução do calendário acima, frente a uma quase omissão dos membros da Comissão Executiva que se abstiveram de defender em plenário sua proposta inicial.

A falta de direção ativa com propostas concretas foi patente, apesar das intenções louváveis e corretas da Executiva: não havia um documento amarrando o conjunto das propostas; não havia uma proposta detalhada, concreta e convincente, de uma campanha de filiação e nucleação do porte da apresentada (milhões de filiados) que deixava assim que ela soasse como utópica face aos números meta apontados; e não houve também uma visão realista sobre critérios que conteriam o risco do eleitoralismo já em perigo, a direção se esquivando defensivamente — e ingenuamente — na proposta inicial de deixar tudo para maio, que acabou tendo que ser abandonada.



"A nossa coligação é com o trabalhador"

Um resumo da abertura da discussão sobre eleições, apresentada por Luiz Eduardo Greenhalgh em nome da Comissão Executiva, a título de "preocupações, considerações e sugestões emergentes do debate preliminar" sobre o tema. O texto não foi aprovado mas expressa o pensamento da Executiva do Partido.

I — Considerando que:

1 — O governo militar e seu partido, há já quase um ano, vem propondo reformas eleitorais piores de medidas casuísticas, que alteram o calendário eleitoral, incentivam propostas espúrias como a adoção do voto facultativo, do voto distrital ou transformam Estados em grandes distritos, ora acrescentando, ora seccionando pleitos (...)

2 — Com isso o governo militar, na verdade, tenta encobrir os graves problemas que a Nação enfrenta, desviando a atenção dos partidos políticos, dos parlamentares e do povo em geral, para questões eleitorais de uma eleição, cujas regras são inseguras e confusas (...)

3 — O PT tem sido instado a entrar nessa pantomima governamental. Somos forçados a responder sobre coligações, a especular sobre candidaturas, a definir pretensões para eventuais acordos eleitorais sobre futuras e indefinidas eleições.

II — Reafirmamos que:

1 — O PT entretanto não pode entrar nesse jogo. Não pode e não vai.

2 — O PT somente firmará acordos em

cima de seu programa popular após o mesmo ser amplamente discutido pelas bases do partido.

3 — Quando chegar o momento as candidaturas serão discutidas e decididas pelas bases do Partido.

4 — A coligação que o PT deseja e persegue é com o povo trabalhador, do campo e da cidade, e desta não abre mão (...)

Já é tempo de pôr fim a essas disputas eleitorais antes das definições eleitorais, e delas o PT não deve sequer participar.

Isso nos desvia do principal, que é a organização do povo em luta contra o regime militar e pelo socialismo.

Se os demais partidos de oposição vão ficar discutindo o assessorio, esquecendo o principal, paciência. Conosco a política partidária é diferente. A nossa coligação é com o trabalhador.

5 — E, para isso, devemos intensificar as tarefas de organização do Partido. Assim, se a Lei diz que necessitamos de 3% de votos em 9 Estados da Federação nas próximas eleições para existirmos em definitivo, nós diremos que antes das eleições lutaremos para ter esse percentual, não somente de eleitores, mas de filiados ativos dentro do Partido.

6 — Os nossos esforços devem ser, portanto, canalizados para a nucleação, a filiação e o aprofundamento do debate político com os trabalhadores, mas debate político mesmo, não o debate eleitoral, precipitado pela ânsia dos candidatos de si mesmos.

7 — O debate eleitoral dentro do PT se dará quando as regras do jogo estiverem claras e definitivas e será produto das discussões políticas com as bases do Partido.

III — Sugerimos que o Diretório Nacional, aprove:

1 — Que a convenção de janeiro de 1982 discuta e decida sobre a plataforma eleitoral do PT para 82. Sobre o programa eleitoral do PT e os critérios de escolha dos candidatos do PT para as eleições de 1982;

2 — Que essas decisões sejam submetidas às bases do Partido, para discussão;

3 — Que, somente em maio de 82, seja feita a escolha dos candidatos do PT aos diversos cargos eletivos (...)

4 — Seja criado um FUNDO DE CAMPANHA para despesas com a campanha eleitoral, com o objetivo de suprir as diferenças entre os candidatos no que tange ao poderio econômico entre si.

5 — As propagandas dos candidatos do PT deverão veicular o programa e as bandeiras do Partido, restringindo-se ao máximo possível a propaganda pessoal e individual do candidato.

6 — Os parlamentares do PT em todos os níveis, assim como os petistas na chefia de poder executivo, cuidarão de submeter nos órgãos correspondentes de direção partidária os projetos de maior importância e repercussão política, com antecedência que possibilite incorporação de sugestões enriquecedoras.

7 — Quando se tratar de postos parlamentares que contam com quadro de asses-

sores e funcionários às expensas do Poder Legislativo, o preenchimento dos cargos não será por indicação exclusivamente pessoal do parlamentar, devendo ser ouvido também o organismo de direção partidária correspondente e valendo considerar que, na prática, esses funcionários serão funcionários do partido;

8 — Critério semelhante deverá ser observado na composição da assessoria mais imediata dos membros do PT ocupando cargos do Poder Executivo;

9 — Na época das eleições, esses funcionários continuarão, portanto, executando tarefas definidas pelo partido e dentro de uma estratégia eleitoral mais globalizante, o que significa definir que não se limitarão a trabalhar unicamente no assessoramento dos mandatários a que estejam formalmente vinculados;

10 — Os funcionários do PT que se tornarem candidatos a cargos eletivos em qualquer dos níveis, deverão se desincompatibilizar da função assalariada que exercerem no Partido, para que não se criem privilégios e injusta desigualdade frente aos demais candidatos;

11 — Os mandatários do PT, em qualquer nível do Legislativo ou do Executivo, deverão descontar mensalmente de seu salário fixo um percentual a ser definido pelo Diretório Nacional;

12 — Tais decisões deverão ser objeto de carta eleitoral a ser assumida por todos militantes do PT.

5. Jornal do partido

Numa discussão confusa o Diretório terminou preferindo um jornal de bancas a um jornal militante. A questão agora é como viabilizá-lo.

No começo da tarde de segunda feira, e com um tempo previsto relativamente pequeno face à complexidade do assunto, o Diretório começou a discussão do jornal nacional do partido.

Dois projetos em discussão: um elaborado pela Comissão de projeto do jornal nomeada semanas antes pela Executiva; e outro preparado por Flávio Andrade - editor deste jornal - a partir de uma posição minoritária no interior da Comissão sobre o que deveria ser o jornal do partido contando entretanto, com o acordo nas idéias básicas, e até mesmo o estímulo na elaboração do projeto, de dirigentes do partido, Lula entre eles. O que resultou no convite da Executiva Nacional para que fosse ao Diretório expor o projeto.

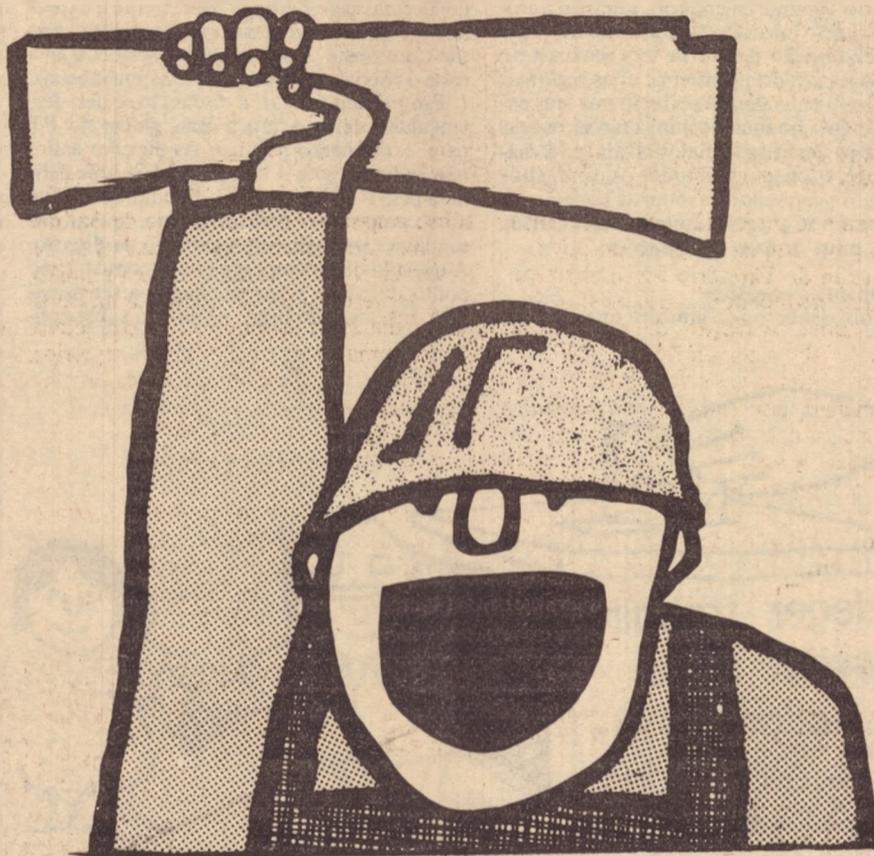
O projeto da Comissão definia um jornal quinzenal voltado para o leitor anônimo da opinião pública via bancas (formato standard com 12 páginas e tiragem de 50 mil exemplares ao preço de capa de Cr\$ 70,00 e com um custo mensal de Cr\$ 3 milhões. Era sustentado por um capital inicial de Cr\$ 22 milhões levantado através de venda de 5 mil bônus a Cr\$ 4.500 cada, 10 mil assinaturas anuais e 15 mil exemplares de venda regular em bancas).

Um debate sem orientação da direção

O projeto apresentado por Flávio Andrade previa um jornal semanal voltado para a centralização do partido e o trabalho político dos militantes petistas (formato tablóide com 12 páginas e tiragem variável de acordo com as solicitações das direções regionais para a venda direta ao preço mínimo de capa de Cr\$ 10,00 que pagaria os custos variáveis da tiragem - papel, impressão e despachos de transporte - e com um custo fixo mensal de Cr\$ 1 milhão sustentado pela venda de cerca de mil assinaturas anuais por mês).

Depois de uma vacilação inicial da direção, deixando com que boa parte do tempo fosse consumida por uma discussão levantada pela (sua) Comissão sobre se o seu convite para que Flávio Andrade apresentasse o outro projeto iria ou não prevalecer, entrou-se na discussão, após uma longa exposição de cada um dos dois projetos.

Mas após algumas intervenções de membros do Diretório - os membros da Comissão Executiva, não se manifes-



tando sobre a polêmica, calados, esperando - em função do tempo esgotado logo passou-se à votação, sem que os proponentes dos dois projetos sequer pudessem intervir também, de forma a deixar claras as diferenças e pontos centrais de cada proposta. Francisco Weffort, membro da Executiva, sentindo a pouca clareza no debate, interveio então colocando que seria "uma irresponsabilidade"

deliberar ali, naquele momento, sobre um ou outro projeto, devendo a discussão retornar à Executiva para aprofundamento. Mas a maioria entendeu que não e foi-se à votação registrando uma larga vitória do projeto da Comissão, mas com uma expressiva margem de abstenções.

Contraditoriamente entretanto à própria natureza do projeto que acabava

de ser aprovado passou-se em seguida ao registro de uma série de sugestões do plenário para reformulação do projeto visando diminuir preço de capa, número de páginas, e montante dos custos. Como? Não se sabe, ficou para a direção resolver.

Sem condições de entender precisamente a divergência em questão, e correndo mesmo o risco de uma certa irresponsabilidade como ressaltou Weffort, o Diretório terminou votando mais por aquilo que lhe parecia "oficial" - o projeto da Comissão nomeada pela Executiva. Essa era a impressão diante do silêncio da direção frente ao debate - e contra aquilo que lhe parece uma "intromissão" indevida principalmente depois da discussão inicial sobre o "fala não fala" - o projeto de Flávio Andrade, na verdade, posto em pauta e convidado pela própria Executiva.

Mas enfim, com toda a legitimidade que tem, o Diretório fez sua opção: preferiu um jornal caro e voltado para a opinião pública, a um jornal barato e voltado para a militância.

Por onde começar a campanha dos Cr\$ 22 milhões

De nossa parte sempre estivemos, desde o início, na primeira linha daqueles que cobraram e deram força à idéia do jornal do PT colocando à disposição do partido nossa modesta contribuição e estrutura material e humana. E coerentes com esta posição continuamos, como jornal inteiramente à disposição do partido, e como militantes petistas plenamente engajados na campanha que se vier a fazer pela concretização do jornal do PT.

É claro que o primeiro passo não será fácil: apesar do brandido argumento de "auto-sustentação" o projeto aprovado precisa de levantar um capital inicial de Cr\$ 22 milhões de cruzeiros, num ano de intensa disputa por recursos para as eleições, e ao lado de campanhas já definidas pelo mesmo Diretório para a estabilização do caixa atual (ver abaixo).

Cabe assim, antes de mais nada à direção, equacionar estas campanhas para que o partido possa tocá-las adiante de forma que o jornal, como instrumento imprescindível para a consolidação do partido, saia o quanto antes e não se torne um projeto aprovado porém engavetado para um futuro distante.

6. Finanças

Preparar para as eleições, acertar as cotizações e 13 milhões até março para equilibrar o caixa.

No final da segunda feira, e já com o plenário começando a ser esvaziar, o Diretório finalmente chegou à questão financeira. Uma série de propostas foram apresentadas e votadas, depois de uma exposição do quadro dramático que o partido vem vivendo neste terreno.

Pouquíssimas regionais contribuem hoje para a nacional com base na tabela para a arrecadação de base aprovada no ano passado: 40% para os núcleos, 30% para a municipal, 20% para a regional e 10% para a nacional. Assim, da receita nacional deste ano, uma parcela irrisória veio desta fonte, muitas vezes menor que a ajuda direta da nacional a alguns estados para a legalização. Uma parte expressiva do orçamento veio de doações

variadas e o grosso da contribuição regular dos parlamentares.

À luz deste quadro aprovou-se o seguinte: a) Preparação de uma campanha financeira especial para as eleições; b) Fazer de dezembro o mês da finança no partido para acertar as dívidas, em cima da venda nacional de agenda, calendário e cartão de natal a serem elaborados pela Comissão de Finanças numa meta de 2 a 3 milhões de cruzeiros; c) Abrir uma campanha já pela regularização das contribuições das regionais; d) Deflagrar a campanha dos 10 milhões de cruzeiros até março do ano que vem em cima de shows, contribuições e uma rifa de peso (carro, moto, geladeira, fogão e máquina de costura).

À venda nas sedes e sucursais

Cadernos

EM TEMPO:



Nº1 — O PT E O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL: Uma discussão de grande atualidade — a construção do PT frente à concepção marxista do partido revolucionário Cr\$ 100,00 (Esgotado; 2ª edição no prelo)

Nº2 — CAMINHOS DO SINDICALISMO CLASSISTA: Em debate a democratização dos sindicatos, o combate ao peleguismo e os rumos da construção da CUT Cr\$ 50,00

Rio

Lisâneas será o candidato

Dia 8 de novembro, um domingo quente e nublado, o Diretório Regional do PT do Rio reuniu-se no Centro de Formação de Lideranças em Moquetá, Nova Iguaçu. O objetivo era aprovar um texto sobre as eleições para a discussão na plenária democrática de todos os militantes marcada para 11-12 de dezembro.

O Diretório resolveu lançar um documento síntese das posições majoritárias que vão na linha de se fazer uma campanha eleitoral do PT e através das estruturas do partido. Isto significa por exemplo ter Comitês Unitários de TODOS os candidatos do PT, ter um fundo de sustentação financeira para as eleições comum e evitar as "dobradinhas" entre candidatos. O Diretório desta forma toma uma posição que vai no sentido de consolidar o PT, preparando as eleições de "baixo para cima", dando condições para que seus candidatos com raízes sociais nos setores populares possam concorrer com a força do partido e que esta não fique dividida e localizada naqueles que "tem recursos próprios".

A direção do PT resolveu também indicar o nome do ex-deputado Lisâneas Maciel à plenária democrática de dezembro como candidato a governador. Afirma também que o candidato do PT vai sair para disputar com o PMDB (Sarturino) e PDT (Brizola). Outra decisão muito importante é que o candidato é porta-voz de posição do partido. Isto é decisivo, principalmente para os candidatos a governo, porque num certo sentido eles representarão a cara do partido na



campanha e se projetarão como liderança de peso para amplas parcelas do povo.

A reunião do Diretório fez também na parte que antecedeu a discussão das eleições, uma avaliação da conjuntura nacional e da intervenção do PT nos sindicatos e nas comunidades de moradia. Concluiu por elaborar em primeiro lugar uma política para o trabalho político nas favelas. A luta do momento é pelo congelamento do preço das passagens e melhores condições de transporte. O PT já espalhou vários cartazes pela cidade ("Como vamos trabalhar se a passagem vai aumentar?"), distribuiu várias notas

sobre o assunto nos terminais de ônibus nos dias que antecederam o aumento de novembro (16.8%) e marcou uma reunião com representantes de todos os núcleos para o dia 25 de novembro com o objetivo de ter uma intervenção ainda superior quando do aumento previsto para dezembro/janeiro (20%).

A questão petista

O debate político na primeira semana de novembro no Rio de Janeiro foi marcado pela entrada ou não do líder comunista Luís Carlos Prestes no PT.

É sabido que Prestes e a dissidência do Partido Comunista Brasileiro que se alinha em torno do seu nome há algum tempo namoram o PT. Já na convenção que marcou a legalização do PT no Rio de Janeiro, Anita Prestes fez uso da palavra para dizer que comunistas (leia-se "prestistas") e petistas deviam marchar juntos. No mês de outubro o debate esquentou, mas ainda não passou pelas estruturas do PT. A Executiva Regional informou que todos os entendimentos seriam públicos e que as bases do PT seriam envolvidas no processo de discussão.

Acontece que os prazos para filiações para concorrer às eleições de 82 encerram brevemente, logo, o tempo exige pressa nas definições. Num lance final na semana atrasada Prestes deixou laro que entra no PT apenas para ter uma legenda, não se identificando com a necessidade de construção do PT, mas reafirmando seu projeto de construir o Partido Comunista. O que Prestes propôs foi uma tribuna para lançar a sua mensagem para os militantes que estão, hoje, no PCB, exigindo assim a candidatura ao senador pelo PT em troca de sua filiação e pleiteando um ato político quando da sua entrada. Sem dúvida é um direito democrático dar uma legenda para os que estão na clandestinidade. Só que o PT não pode ferir a sua democracia interna, por exemplo através de acordos de direção e divisão de cargos. E foi com este critério que a Executiva Regional do PT — RJ em nota à imprensa respondeu corretamente ao sr. Prestes.

(Da Sucursal)

Minas

Quanto mais candidatos, melhor

Para discutir eleições e questões organizativas, representantes petistas de mais de 60 cidades mineiras reuniram-se nos dias 1 e 2 de novembro em mais um Encontro Estadual de base do partido.

Na questão da tática eleitoral começou-se por ratificar a posição já tradicional do partido, de lançamento de candidatos próprios a todos os níveis. Ou seja, o partido não deve coligar com os partidos da oposição burguesa moderada, pois no programa, no compromisso que os candidatos devem ter com as lutas populares, o PT não tem ponto em comum com as propostas dos partidos convencionais. No entanto, o PT desafia e está aberto à discussão com todas as forças políticas sobre esta sua base e condições. O que, no caso das candidaturas para o governo no estado, já foi feito e comprovado: coligação fora de cogitação.

Para os outros níveis, os critérios e a tática do PT são os mesmos. No entanto, a nível municipal, o Encontro mineiro entendeu que pode ser o caso de, no interior dos partidos convencionais, haver candidaturas de caráter popular que, passando pelos critérios, poderiam abrir espaço para a possibilidade de alguma coligação. O que, concluiu o Encontro, deve ficar a

cargo das direções municipais avaliar.

Noutro ponto da tática o Diretório mineiro, numa reunião que precedeu o Encontro, resolveu que o partido deverá lançar no estado o maior número possível de candidatos para o Congresso e a Câmara. E encaminhou às bases uma consulta de nomes visando numa próxima reunião, a se realizar dia 13 de dezembro apresentar uma proposta de chapa a ser debatida e votada na pré-convenção estadual já marcada para final de janeiro. A meta mínima é conseguir 100 candidatos para deputado estadual e 60 para federal — todas cidades acima de 20 mil eleitores lançando seu candidato a estadual (77), e todas acima de 30 mil o seu federal (54), com as demais vagas sendo preenchidas por candidatos tirados a partir dos movimentos sociais e categorias profissionais.

O encontro de base deliberou ainda uma política financeira incluindo, entre outras propostas, a campanha das carteirinhas obrigatórias para todo militante (5 mil já foram expedidas no estado).

Por fim o Encontro também levantou, a título preliminar, uma série de nomes de militantes possíveis candidatos aos cargos majoritários para serem discuti-

dos no interior do partido até a pré-convenção.

Encontro sindical

Com o objetivo de organizar a intervenção sindical do PT em Minas, vários militantes sindicalistas estão promovendo o 1º Encontro Sindical do PT, nos dias 5 e 6 de dezembro.

O Encontro é a primeira iniciativa no sentido de discutir e incentivar uma maior participação dos trabalhadores filiados ao PT na vida sindical, através da definição de uma linha clara de intervenção política. Promovido pela Comissão Sindical Provisória terá a seguinte pauta:

1. Movimento Sindical no Brasil — Balanço e Perspectivas — A CONCLAT: principais lutas aprovadas; a formação da CUT; as formas de luta que deverão ser utilizadas pelos trabalhadores para que sejam atendidas as suas reivindicações (Greve Geral, etc.);

— Balanço da Intervenção Sindical do PT — O que foi até o momento a intervenção sindical do PT (Principais deficiências, o PT e o pólo combativo do Movimento Sindical, etc.);

— As entidades e o trabalho de base.

Como o PT deve intervir no Movimento Sindical.

Novo julgamento militar dos líderes do ABC

Depois da farsa do começo do ano, quando a Auditoria Militar de São Paulo — encerrando um julgamento mas na verdade armando uma verdadeira operação militar e uma praça de guerra — condenou os dirigentes do ABC com base na Lei de Segurança Nacional, um novo julgamento foi agora marcado para o próximo dia 18.

O recurso dos advogados da defesa junto ao Superior Tribunal Militar arrancou daquele órgão a anulação do primeiro julgamento por uma série de irregularidades farsantes do processo. E assim, sob o vexame do veredicto dos generais superiores de Brasília anulando o primeiro processo, os militares paulistas terão agora que fazer tudo de novo e "direito". Ainda mais que agora já não contam com a proteção do falecido general Milton Tavares, na época comandante do II Exército, para suas demonstrações extravagantes de força e arrogância.

A expectativa dos advogados dos dirigentes sindicais — informando que todos os réus comparecerão ao julgamento — é pela absolvição, o processo

sendo desqualificado da Lei de Segurança Nacional e remetido para a Lei de Greve, onde finalmente, mais adiante, deverá ser obtida a solução definitiva.

Mas, mesmo assim, está sendo feita uma convocação, particularmente pelo PT, para uma expressiva presença popular e de figuras democráticas para comparecimento ao julgamento e pressão sobre os militares.

Pois, para o partido a questão não se encerra aí. Há ainda vários outros processos. Particularmente aquele onde Lula e outros dirigentes do PT estão enquadrados na Lei de Segurança Nacional a partir dos episódios que resultaram na morte de um líder sindical rural e um capataz no estado do Acre. Este processo deverá ser julgado pela Auditoria Militar de Manaus agora no começo do ano e, segundo comenta-se nos meios jurídicos, o juiz local é dos mais irados frente as causas e lideranças dos trabalhadores. É o mesmo que, por época da prisão do líder estudantil Cajá em Recife, negando o pedido de liberdade condicional do preso acusou-o nos autos de "cachorro".

Devanir: a divisão

Uma política ofensiva na pró-CUT

A Comissão pró-CUT não foi recebida pelo governo. Não obteve, e ao que tudo indica não obterá, nem mesmo uma resposta sobre as reivindicações que apresentou, em nome de 1200 sindicatos representados na I CONCLAT. O que acontecerá?

Se depender do que se fez até o momento, nada. As bandeiras da CONCLAT ainda estão na casca. Grande parte dos próprios delegados nem receberam o texto das resoluções. Poucos foram os sindicatos, em todo o país, que informaram ou reuniram suas categorias para discutir os resultados.

A quem interessa isso? Aos pelegos e seus aliados, um organismo de frente única, de massas, é incômodo. Ele deveria interessar por outro lado aos classistas. E, nesse ponto, a entrevista de Devanir, assim como a de Skromov, (ET nº 138), acertam. Mas há um porém nessa estória. Devanir afirma que a composição da Pró-CUT teria "desestimulado" a participação dos autênticos na pró-CUT. Ora, nós sabemos muito bem que interessa aos pelegos e seus aliados nos apresentar como divisionistas, como aqueles que não levam adiante as propostas unitárias e coisas desse tipo. É evidente que deixar para eles a fama (aliás, falsa) de sustentadores da unidade é simplesmente fazer o seu jogo. Seria inaceitável o fato desses sindicalistas combativos terem essa atitude. A não ser que realmente se esteja querendo jogar com o fato consumado da *divisão orgânica* do movimento sindical em função das *diferenças ideológicas*. Mas isso é uma política, além de equivocada, apenas acessível a quadros partidários. Um "racha" desse tipo, ideológico, "por cima" só conseguirá ser justificado pela doutrinação individual. Nunca para as massas. O resultado de uma divisão não explicada é desconfiança, refluxo, criação de condições para impor a política dos patrões.

É urgente pressionar na pró-CUT para que as resoluções da CONCLAT saiam à praça, na forma de um texto ou cartilha única, a ser utilizada massivamente pelos sindicatos. É urgente estudar formas de filiação dos sindicatos à pró-CUT, para criar uma infra-estrutura que torne mais ágil e independente sua atividade. É de fundamental importância pressionar para a realização de novos encontros estaduais para organizar as pró-CUT estaduais e municipais, criando canais até a base do movimento operário.

O exemplo de Osasco, onde militantes cobraram e conseguiram que seus sindicatos convocassem para 15 de novembro uma assembléia inter-categorias pode vir a ser um bom caminho. E, de imediato, dar toda a publicidade e agitar a ida da caravana de sindicalistas a Brasília para cobrar a resposta, é uma forma de impor a existência da pró-CUT na cena política do país.

No atual momento de crise econômica e política, de tentativa das classes dominantes de pôr sobre os ombros da classe trabalhadora a recuperação da catástrofe social que criaram, a massificação e politização do movimento operário é o primeiro caminho para que os trabalhadores perguntem: que país é este? Para depois afirmarem que país pretendem.

(Regis Moraes)

Devanir, diretor cassado de São Bernardo do Campo e membro da direção estadual do PT em São Paulo, é o secretário nacional da articulação de João Monlevade, que congrega os chamados "autênticos". Em entrevista exclusiva, ele nos relata os objetivos e os problemas encontrados por ela para atuar no movimento sindical.

— Como nasceu a articulação?

Devanir: Nasceu da necessidade sentida por vários dirigentes sindicais no início de 1980 de travar uma luta única, de ter uma pauta de reivindicação unificada, embora respeitando as especificidades regionais. Por isso, em janeiro de 1980, em Monlevade foi feito o I Encontro dos Movimentos Populares e Sindicais.

— Por que vocês chamaram Hugo Perez, Arnaldo, por exemplo, que têm manifestado idéias contrárias às da articulação?

Devanir: Naquela época, alguns deles estavam sindicalmente junto com a gente. Na CONCLAT é que rachou mesmo. Hoje, por exemplo, o Arnaldo não está participando, mas tem dois outros diretores do seu sindicato que participam.

— Depois da CONCLAT, vocês modificaram a articulação?

Devanir: Não. Quando ela começou, os encontros eram feitos na base de convites específicos para certas pessoas. Depois do IIº Encontro, o de S. Bernardo, nós ampliamos um pouco, também através de convite. No IIIº Encontro, o de Vitória, nós demos uma ampliada para o movimento sindical porque havia a CONCLAT logo em seguida. Em Vitória, eu fui eleito secretário-geral desta articulação. Nós criamos duas sub-secretarias: uma sindical que ficou com os companheiros do Rio e outra de movimentos populares.

— O convite é feito a pessoas ou a sindicatos?

Devanir: A indivíduos. O espírito da articulação é reunir as oposições sindicais, movimentos populares, dirigentes sindicais conseqüentes, e quem mais tenha trabalho. Agora, a gente quer ampliar e criar uma sub-secretaria em cada Estado, com no mínimo um representante do campo e um da cidade. Depois, cada estado cria as secretarias de acordo com suas possibilidades. Também vamos criar um boletim nacional, que

poderá ser feito pela secretaria-geral. Temos também um encontro de movimentos populares marcado para abril em Vitória e um outro de dirigentes sindicais, marcado para fevereiro, em Recife. Posteriormente, realizaremos o encontro de Goiânia, onde estarão presentes os militantes do movimento sindical e dos movimentos populares.

— Porque a articulação decidiu na reunião de Brasília que precedeu a pró-CUT já discutir uma proposta de organização da CUT, regimento interno da próxima CONCLAT e coisas do gênero?

Devanir: Não podemos ser pegos desprevenidos como na I CONCLAT. Lá, nós fomos mais para ser contra a reforma e os pelegos, não levamos uma proposta acabada, discutida. Porisso, dividimos tarefas entre os companheiros do Rio, São Paulo e Minas para preparar a discussão sobre CUT e CONCLAT. O pessoal do Rio vai ter que pegar todo o material sobre centrais sindicais na América Latina e Europa, fazer uma compilação.

Eu acredito que sairão várias centrais, queiramos ou não. Mas nós queremos uma única.

Nós, de São Paulo, ficamos de redigir uma proposta de carta de princípios de uma CUT. No Encontro de Recife, aprovaremos que tipo de CUT pretendemos construir, propostas para o regimento interno da próxima CONCLAT etc.

— A reunião que haverá em Brasília da articulação dos dias 13 e 14 próximos e para preparar uma proposta para o dia 16?

Devanir: Não, não. A articulação não pretende ser uma nova "Unidade Sindical". É uma articulação que obedece sempre as regras da comissão pró-CUT.

O que ela estabelecer dentro do seu calendário, a gente faz força para ser cumprido. O que nós não respeitamos são as "Unidades Sindicais". Elas não tem o aval de um congresso sindical, como a comissão pró-CUT.

— Mas a pró-CUT encaminhou muito frouxamente o 1º de outubro. O dia 16 de novembro está sendo mal preparado. Como a articulação pensa em forçar a pró-CUT a encaminhar as decisões da CONCLAT?

Devanir: Temos como proposta criar comissões pró-CUT estaduais para convocar os ENCLATs e pressionar alguns membros da comissão executiva da pró-CUT que não estão ajudando, mas estão atrapalhando a implementação daquilo que foi aprovado.

— Por que você acha que os autênticos ficaram em minoria na pró-CUT?

Devanir: Nós estávamos desarticulados, mas tínhamos a maioria do plenário. Eles eram minoria, mas tinham uma boa articulação. Controlavam toda a máquina. A gente não tinha claro nem os 24 nomes que tínhamos direito de indicar. Talvez por isso, depois da CONCLAT, estava havendo um grande descaso do nosso próprio pessoal em comparecer às reuniões da pró-CUT. A gente ficava em larga minoria, e eles ganhavam todas as propostas.

— Qual você acha que é a vantagem para o movimento sindical brasileiro ter uma pró-CUT com tantos pelegos e reformistas em maioria?

Devanir: A vantagem é mostrar para os companheiros que a nossa intenção não é dividir, a questão é somar. Não se ganha uma proposta só quem já tem maioria ou minoria. Ganha quem tem a melhor proposta. Você vê que nós tínhamos as melhores propostas e por isso ganhamos todas na CONCLAT, apesar da nossa desarticulação. A princípio, queremos a unidade e queremos construir



sobre a construção da CUT

interessa ao governo

la pela base. Mas isso não quer dizer que, se amanhã ou depois houver um golpe muito baixo, nós vamos ficar à mercê de uma central única com uma diretriz errada, reformista, vanguardista ou qualquer coisa assim.

— Você acha que é vantagem para o movimento sindical brasileiro existirem várias centrais sindicais?

Devanir: Eu acredito que sairão várias centrais, queiram ou não. Mas, não é esse o nosso espírito, queremos uma única. Eu acho que é desvantagem ter duas, três centrais sindicais. Pelo menos no Brasil, que é um país despolitizado. Mas eu acredito que isso é às vezes também, um embate, uma disputa política. Como na Itália, por exemplo, onde existe a central cristã, a comunista e a socialista. Mas há eles criaram agora uma Federação que as une nas questões principais. Quer dizer, a questão ideológica ou partidária não entra na questão das lutas específicas dos trabalhadores. Se fosse sempre assim, eu não veria nada de mais em ter uma, duas ou três centrais.

— Mas, neste momento, seria vantajoso?

Devanir: Do jeito que está sendo trabalhado, eu nem acredito que sairá uma central sindical representativa. Sairá enfraquecida porque o pessoal da reforma está querendo criar uma central única do jeito que foi criado o CGT em 1962. Se sair uma central única enfraquecida ou se saírem várias, quem sairá ganhando, de fato, será o governo, dado o refluxo que está o movimento, o desemprego, as pressões da trilateral sobre o governo.

— Você não acha que a reforma e os pelegos têm um grande medo em conviver num mesmo órgão com o sindicalismo autêntico e, por isso, chegam até a forçar uma cisão?

Devanir: Acredito que sim. Você veja bem que quando eles apresentaram uma chapa como proposta fechada na CONCLAT e nós apresentamos uma segunda com alguns nomes deles, eles retiraram seus nomes da nossa chapa. Nós queríamos unificar e eles não porque sabem quanto é incômodo ter um Olívio, um Lula, um Toninho (SINTTEL/MG) no

Uma greve geral tem que ser muito trabalhada. Só acontece com consciência política.

calcanhar deles. Você veja que um encontro daqueles desmascara os grandes "líderes" da reforma. O presidente do maior sindicato da América Latina perdeu inclusive a presidência da mesa dentro da sua colônia de férias para um metalúrgico de São Bernardo.

— É verdade que alguns dirigentes sindicais de S. Bernardo andam querendo criar uma Central sindical do PT?

Devanir: Não, isso é fofoca da reforma. Por felicidade nossa, a maioria dos dirigentes sindicais combativos estão no PT, mas nossa articulação é a-partidária. Nós convidamos o dirigente sindical



comprometido com a luta, seja ele petista ou não.

— A CONCLAT aprovou a criação de uma Central Única e a preparação de uma greve geral. Como você vê a sua deflagração?

Devanir: Uma greve geral tem que ser muito trabalhada. Ela pode vir a acontecer até numa baixa econômica dessas como se encontra o país. Ou num pico, onde está se produzindo muito, tem emprego sobrando, salários razoáveis. Mas só acontece com consciência política; consciência de como se governa o país, de com quem está o dinheiro de nosso país; de porque hoje se aumenta um ônibus para 25 cruzeiros, sendo que estava a nove no início do ano; da razão de existir uma concentração de lucros em três ou quatro bancos de 500% e 12 bancos com taxas de lucro acima de 200%.

Falta para os trabalhadores informação, o povo não sabe os direitos que tem, a importância que o trabalhador tem como cidadão, que ele tem direito ao trabalho. Quem tem que levar estas informações para os trabalhadores são os dirigentes sindicais, levar consciência aos trabalhadores, criar canais de comunicação dos sindicatos com a base.

— Mas você acha que a proposta da

greve geral é para ser apenas propagandeada ou para ser preparada?

Devanir: Ela começa a ser preparada com as explicações. Por exemplo, se nós marcássemos para 1º de maio, teríamos cinco, seis meses para jogar todas as informações. O primeiro passo é informar.

Mas, infelizmente nós temos poucos líderes sindicais combativos no Brasil. Eu não veria condições de sair uma greve geral, mas geral mesmo, se não tiver uma central única com dois ou três líderes que possam correr todo o Brasil levando a mesma proposta.

— Nem uma greve geral parcial, envolvendo por exemplo, metalúrgicos de Minas, S. Paulo e Rio?

Devanir: Ai, eu acho mais viável.

— A articulação de J. Monlevade possui alguma aproximação ou mesmo simpatias por alguma corrente sindical internacional?

Devanir: Não, não. É lógico que a gente busca analisar as experiências de todos os países. Até o governo busca; está se inspirando na Central alemã, a DGB, que é da social-democracia de lá, e por isso apoia a criação de comissão de fábrica na Volkswagen e o PDS coloca a co-gestão na sua plataforma de governo.

Para nós a co-gestão é possível dentro do capitalismo, e nós queremos é sair do capitalismo. Nós queremos ir para uma auto-gestão verdadeira, que é o socialismo.

Pelo que conhecemos, o sindicalismo mais avançado que tem hoje é o italiano. Tem suas divisões, mas são unidos, são mais combativos. Mas, não recebemos cartilha de ninguém. A nossa articulação é totalmente independente.

— O movimento sindical brasileiro é alvo de atenções internacionais. Como você vê a tentativa de várias correntes sindicais mundiais como a AFL-CIO, a CFDT de consolidarem sua influência no Brasil?

Devanir: A troca de experiências e outras formas de apoio serão sempre bem aceitas. Só não aceitamos a ajuda da CIO, que é da CIA.

— Como você vê a atuação do PT dentro do movimento sindical? Por que a articulação de S. Bernardo e não o PT?

Para nós, a co-gestão só é possível dentro do capitalismo e nós queremos é sair do capitalismo.

Devanir: Esse é o intento. A idéia do partido é bem isso. Na estrutura sindical que nós temos, nós somos presos a uma região. Um partido tem uma amplitude nacional. Não se pode cobrar ainda esta questão porque nós somos um partido novo, lutando com todas as dificuldades. Mas nós, aqui em S. Paulo, temos uma comissão de sindicalistas que discute a maneira do PT atuar no movimento sindical. A executiva nacional do PT tem também projetos encomendados e pretendemos fazer seminários para discutir a questão. Sempre considerando que quem tem que andar a reboque do sindicato é o partido e não o partido querer cooptar o sindicato.

— Mas você é da executiva do PT de S. Paulo e de S. Bernardo. Em Santo André, nas eleições sindicais, saíram duas chapas com militantes do PT. Como você vê este fato?

Devanir: É um absurdo. Mas é por isso que nós estamos discutindo dentro do diretório uma linha sindical. O movimento sindical tem que tirar proveito do partido. Mas isso acontece também em outras áreas. No caso da UNE, da UEE agora, tinha gente do PT em todo lado. Não tem política traçada para o movimento estudantil. Está tudo capengando porque não é fácil criar um partido.

— Você acha que é uma questão de tempo?

Devanir: Sim, é uma questão de tempo.

— Mas o PT não corre o risco de ser atropelado pelo tempo, ou seja, ano que vem, sendo um ano eleitoral, a definição sindical do partido ficar em segundo plano?

Devanir: Não, os grupos de tarefa cumprirão seus objetivos dentro do prazo. Além disso, você pode fazer campanha eleitoral e organizar o partido. As coisas não são antagônicas, mas complementares.

16 de novembro: O silêncio de Figueiredo esconde o impasse do Brasil

Ou o povo acaba com o governo ou o governo com o povo

Governo disse não à CONCLAT

"Temos a certeza de que falamos por milhões de brasileiros que, aflitos, rondam pelas portas das fábricas e das fazendas, buscando desesperadamente uma ocupação que garanta o sustento de suas famílias; falamos pelas donas de casa, que circulam pelos supermercados indignadas diante da desmesurada alta dos preços; falamos pelos aposentados e pensionistas, ameaçados ao fim da vida, de terem reduzidos seus proventos; falamos pelos que não têm lar e por todos os que, no interior do Brasil, dormem assustados com a ação dos grileiros".

Não há no documento entregue ao Presidente da República pela pró-CUT em nome da CONCLAT nenhum exagero retórico.

Por que o governo não atende às reivindicações da CONCLAT? Simplesmente porque isso iria levá-lo fatalmente a se chocar com as classes sociais que o sustentam. E não há nessa afirmação de novo nenhum exagero. Como pode se ver na tabela ao lado onde mostramos a situação atual, a política do governo, as reivindicações da CONCLAT e o que sucederia se elas fossem atendidas.

Por Juez Guimarães

Carestia

Gêneros e serviços	Variação da custo de vida causada pelo item	Carne	2,78	Se fossem congelados os preços destes produtos, o índice de custo de vida, que foi neste período de 104,6, seria apenas de 56,7.
		Farinha	1,02	
		Feijão	2,27	
		Leite	4,21	
		Ovos	1,00	
		Pão	6,56	
		Aluguel	9,73	
		Ônibus	11,43	
		Medicamentos	2,42	
		TOTAL	47,89%	

1 — Os monopólios industriais têm aumentado seus preços muito além da média inflacionária, como forma de conservar seus lucros num momento de queda das vendas.
2 — Como forma de capitalizar as empresas estatais e arrecadar fundos, o governo tem adotado a política de aumentar os preços dos combustíveis muito além da elevação dos preços externos, bem como elevar as tarifas de energia acima da média inflacionária.
3 — Desde o final do ano passado, os reajustes dos aluguéis acompanham os índices do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).
4 — A redução dos já restritos subsídios às culturas alimentares tende a promover a elevação de seus preços, o exemplo do que já vem ocorrendo com o trigo.

1 — Congelamento dos gêneros de primeira necessidade
2 — Escala móvel de salários com reajustes salariais automáticos trimestrais de acordo com o DIEESE

Se fosse simplesmente decretado o congelamento dos gêneros e serviços de primeira necessidade, provavelmente ocorreria o seguinte: boicote dos produtores e formação de "mercados negros" de venda ilegal, desorganização completa da produção daqueles gêneros, principalmente os agrícolas. Para ser eficaz, o congelamento exigiria uma reforma agrária, o deslocamento de uma enorme massa de incentivos para esse setor da produção, o controle da comercialização, a socialização do sistema de transportes coletivos e a intervenção no mercado imobiliário.

Desemprego

Estimativas feitas com base na redução do crescimento da economia e do número de pessoas que entram no mercado a cada ano, dão conta de 5 milhões de trabalhadores em todo o Brasil em situação de desemprego aberto. Para o ano de 1979, existem 19 milhões de subempregados segundo o IBGE.

1 — Em 1967, o governo implantou o sistema do FGTS que não previa a estabilidade aos 10 anos de serviço e introduziu modificações que permitiram a prática da rotatividade e dispensa em massa pelo patronato.
2 — O arrocho salarial forçou a generalização das horas extras.
3 — O incentivo à concentração latifundiária, forçou a emigração de enormes levas para as cidades e a pequena oferta de empregos no campo.
4 — O Estado brasileiro tem dirigido especialmente os seus investimentos para setores de baixa absorção de mão-de-obra.

1 — estabilidade desde o primeiro dia
2 — instituição do salário-desemprego pago pelo governo
3 — redução da jornada de trabalho de 40 horas, sem redução dos salários
4 — elaboração de um plano de investimentos públicos que absorva a mão-de-obra

As demissões fazem parte da estratégia capitalista para defender a sua taxa de lucro, através da redução de custos e da redução de salários que a rotatividade acarreta. Uma política de estabilidade e de pleno emprego entra inevitavelmente em choque frontal com a dinâmica do sistema e com o poder dos capitalistas.

Salário

	O que é hoje (em Cr\$)	O que deveria ser (em Cr\$)
salário-mínimo	11.926	32.713
piso bancários/SP	18.000	32.713
piso metalúrgicos/SP	17.520	32.713
piso químicos/SP	19.800	32.713
piso construção civil	14.788	32.713

1 — Edição de uma legislação repressiva que restringe de forma quase absoluta o direito de greve.
2 — Reajuste do salário-mínimo que veio progressivamente perdendo o seu poder de compra, a ponto de hoje ter perdido mais de 40% do seu valor em relação a 64.

Fixação de um salário-mínimo real e unificado que possibilite a subsistência do trabalhador e sua família.

Como se pode ver pela tabela ao lado, tal reajuste causaria uma subversão completa dos esquemas de produção vigentes, gerando possivelmente fortíssima reação patronal em relação aos preços e completa instabilidade política.

Habitação

1 — De acordo com as estimativas do BNH, existe atualmente um déficit de 17 milhões de residências, o que significa que cerca de 65% dos brasileiros não têm casa própria.

1 — Com o pretexto de incentivar o mercado imobiliário, o governo aprovou a lei 4.494, que liberou o preço dos aluguéis, implantou a lei da denúncia vazia que retirava uma série de direitos do inquilino previstos na legislação.
2 — Nestes 16 anos o BNH destinou 90% de seus financiamentos para as famílias com renda superior a cinco salários-mínimos. Através de vários expedientes, o governo entesourou, desviou ou destruiu cerca de 50% dos fundos do BNH, que em 1980 atingiam 2 trilhões e 423 bilhões de cruzeiros. Com a crise, o Banco vem desacelerando os seus programas de construção de moradias para famílias de baixa renda.

Implementação de uma política habitacional que garanta moradia para todos.

Mesmo um programa de construção de habitações precaríssimas — como o Pró-Marar — não conseguiu se firmar diante dos obstáculos da especulação imobiliária, dos altos lucros das construtoras e do especulativo sistema financeiro de habitação. Para começar a resolver o problema habitacional, o governo, além de mudar completamente as prioridades do BNH, teria que implementar uma profunda reforma urbana e se chocar frontalmente com os interesses das grandes construtoras, cidadela do empresariado nacional.

Previdência

1 — Desde 1964 até o período atual, os vencimentos dos aposentados perderam 25% do seu poder de compra;
2 — Os acidentados não gozam, hoje, de indenização por acidentes que causarem incapacidades menores, foi reduzida drasticamente a lista das moléstias profissionais cobertas pela legislação
3 — Apesar do estado precário em que já se encontra a assistência médica oficial, o governo está propondo congelar a verba do INAMPS em 400 bilhões para o ano que vem.

1 — Para responder ao crescimento da massa de segurados, o governo elevou a contribuição de 2 para 8% (o que não significa aumento de custo para os empregadores, que repassam a contribuição para o preço dos produtos) e diminui o valor dos benefícios.
2 — O governo vem repassando o atendimento médico às empresas médicas de capital privado
3 — A gerência dos fundos do Inamps incorporou a corrupção, a ineficiência e o desvio de verbas.

1 — Não redução nos benefícios e nos serviços de assistência médico-hospitalar;
2 — Extensão dos benefícios aos trabalhadores rurais.

O déficit da Previdência previsto para este ano é de 160 bilhões de cruzeiros e será maior ainda em 1982, se for mantida a situação atual. A única maneira de manter os benefícios atuais, já menores do que já foram ou deveriam ser, e estender os direitos da Previdência aos trabalhadores rurais sem onerar o trabalhador é estabelecer uma taxa sobre os lucros das empresas do sistema financeiro.

Campo

De um lado, 50 mil grandes fazendeiros e empresas — 1% dos proprietários — possuem 55% das terras (dados do INCRA/78). De outro lado, 4 milhões de pequenos proprietários com pouca terra e mais de 11 milhões de famílias de lavradores sem terra alguma. A concentração da terra e da renda no campo brasileiro tem aumentado assustadoramente nos últimos anos. Em 1970, diz o IBGE, os 1% mais ricos na agricultura se apropriavam de 10,5% da renda aí gerada. Em 1980, passaram a abocanhar 29,3%! Enquanto isso, os 70% mais pobres têm que se contentar com apenas 18,7% de toda a renda.

Toda a política agrícola do governo — desde os incentivos fiscais até o Próalcool — privilegia os grandes, apesar das intenções declaradas de ajudar os pequenos, que estão espremidos pelas multinacionais e demais monopólios. Não se podem negar algumas tentativas do regime de "solucionar" os conflitos no campo, principalmente na Amazônia. Mas são sempre ações "foquistas" (restritas aos focos mais graves). Mesmo estas ações paliativas — como Getat, projeto usucapião etc. — são combatidas por significativos setores das classes dominantes,

Reforma agrária ampla, radical e imediata com a participação dos trabalhadores rurais.

Ao contrário da contra-propaganda dos defensores dos latifundiários, em todos os países onde foi tocada em alguma medida a propriedade e o poder dos grandes fazendeiros, ocorreram transformações que, dependendo de sua profundidade, beneficiaram os trabalhadores rurais e tiveram reflexos positivos em outros setores, como por exemplo no custo dos produtos agrícolas. No nosso caso há contrastes gritantes que seriam facilmente eliminados, como as terras ociosas (metade do Brasil) ao lado da fome, do desemprego e da importação de alimentos.

Nem os dedos nem os anéis Governo vendido aos patrões

O governo solta um traque, a grande imprensa repercute um trovão. Um esquema que se repete a cada momento com o objetivo óbvio de esvaziar o significado das explosões de protesto popular diante da cada vez mais grave crise social que o país atravessa.

A primeira medida alardeada — coincidentemente quando a repercussão do conflito do Araguaia atingia o auge — foi a proposta do governo de alterar a lei do usucapião especial, introduzida já em 64 pelo Estatuto da Terra. Com a alteração, o prazo para o possessor ter o acesso legal das terras nos casos previstos pela lei diminuiria de dez para cinco anos.

Porém, já o primeiro artigo da lei do usucapião especial afirma que para a posse se tornar legal tem de ser "sem oposição", o que exclui de cara as zonas de conflito. O seu artigo segundo restringe a aplicação da lei às "terras devolutas" (por definição, as

terras que permanecem desconhecidas do poder público) o que exclui as propriedades privadas. Finalmente, o seu artigo sexto exclui do alcance da lei as áreas consideradas de segurança nacional, como a faixa de 100 km à margem das rodovias construídas ou projetadas e de 150 km ao longo das fronteiras do país. Isto é, 63% das terras da Amazônia, incluindo as mais valorizadas, não são tocadas pela lei.

Quase paralelamente, jornais de grande circulação em meio popular noticiaram que o governo iria distribuir terras para a população sem moradia nas grandes cidades. Muito barulho e pouca novidade: simplesmente a intenção de reduzir de dez para cinco anos o prazo do usucapião para o caso de "poses mansas e pacíficas" (isto é, novamente são excluídas as terras em litígio) e uma alteração na legislação existente dando preferência à União, via BNH,

na desapropriação de "terras de interesse social que não estejam sendo utilizadas". Enfim, não se toca na grande teia da especulação urbana.

Grande repercussão foi dada a intenção de sobretaxar os lucros bancários como forma de arrecadar verbas para suplementar o orçamento do Ministério da Educação. Foram omitidos o pequeno alcance da medida (foram apenas um pouco alterados os tetos do montante de lucros sobre o qual incide o imposto), o fato dos bancos poderem repassar para frente estes "custos" e os lucros extraordinários que estes vêm tendo pela atual política do governo.

Finalmente, e por coincidência no momento em que se aproximou o prazo que a CONCLAT deu para o governo responder às suas reivindicações, o governo anuncia um plano de investimentos de emergência, visando criar empregos. Quarenta, oitenta,

duzentos mil foram as cifras de novos empregos que seriam criados, de acordo com a grande imprensa. A aplicação do programa veio a ser desmentida por Delfim que, alegando desconhecer qual a fonte do dinheiro que iria alimentar estes programas saiu com a retórica de que os investimentos em curso seriam reorientados para setores que empregam mais. Na prática, a realidade, é outra: enquanto se anuncia para o próximo ano um gasto de 138 bilhões nos programas nucleares, os programas do BNH de construção de casas populares continuam sendo desacelerados.

Mas o fato é que a estas medidas não se pode nem aplicar o velho dito de que em épocas de crise as classes dominantes cedem os anéis para não perder os dedos. A propriedade da terra no campo, na cidade, os lucros e as prioridades do governo continuam inalterados.

É absolutamente ingênuo acreditar que se possa praticar a política de governo de cunho popular impunemente hoje no Brasil. Ou se fica na superfície, com medidas de efeito bastante reduzido sobre as condições de vida das classes populares ou se choca com a onipresente legislação anti-popular vigente e a mão-de-ferro do capital.

Por detrás de cada aumento de preço ou de salário está a disputa pela apropriação do excedente, da mais-valia gerada. Cada cruzeiro que o Estado arrecada ou gasta com funções sociais é um cruzeiro arrebatado ou que deixou de financiar direta ou indiretamente o capital.

Não é pois coincidência o fato de que o governo pós-64 tenha feito exatamente o contrário do que reivindicam os trabalhadores na CONCLAT. Ele é o governo do capital. E isto está escrito em cada pedaço

de sua enorme máquina administrativa, em cada movimento de sua política.

Senão vejamos. A começar pelo que o Estado arrecada: apenas 25% do que o governo arrecadou em impostos em 1980 resultaram de impostos sobre a renda. Os outros 75% são impostos indiretos que são transferidos aos preços e pagos pelos consumidores em geral.

Passemos ao sistema financeiro. Quase 20% de toda a poupança financeira bruta interna arrecadada em 1977 veio do FGTS, PIS e PASEP arrecadados compulsoriamente dos trabalhadores. O primeiro foi alimentado o BNH que como se sabe desde 64 dedicou apenas 10% de seus financiamentos para famílias com renda inferior a cinco salários-mínimos. Os dois outros desde 1974 são geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Cerca de 80% dos financiamentos do

BNDE se dedicam ao setor privado a taxas de juros subsidiadas, isto é, abaixo da inflação.

Uma forma do governo financiar seus gastos é também através da dívida interna, a emissão de títulos como a ORTN e as LTN que são vendidos em troca da garantia de uma determinada taxa de juros a prazo. Quem são os principais tomadores da ORTN e LTN, quem mais lucra com esse jogo? Estatísticas do Banco Central demonstram: os bancos privados que especulam. Mais dinheiro, portanto, que sai do governo para o bolso dos capitalistas.

Mas o Estado não apenas financia ou emite títulos: também produz. Eletricidade, por exemplo. Só que vende a energia elétrica a tarifas diferenciadas: o preço da energia de alta tensão (utilizada pela indústria) é, em média, três vezes menor do que o preço da energia de baixa tensão (de utilização doméstica ou comercial). O que é

uma forma travestida via preços de subsidiar o capital industrial com dinheiro do povo.

Mais além de todas estas formas disfarçadas de transferir dinheiro para os capitalistas (há dúvida que existem mil outros artifícios?), existem os caminhos assumidos claramente, isto é, os incentivos fiscais como os sob a ordem da SUDENE e da SUDAM. Ou os projetos de exportação: atualmente cerca de 85% dos produtos exportados recebem algum tipo de incentivo e de cada 100 cruzeiros de produto exportado 32 é subsidiado.

Por isso quando o governo afirma que não pode subsidiar o transporte coletivo, ou abrir escolas e hospitais, por exemplo, ele afirma a verdade. Mas não porque não haja dinheiro e sim porque através de mil canais ele é canalizado para estimular o lucro empresarial.

“Unidade Sindical” - MG

Golpe na CONCLAT

Enquanto a pró-CUT nacional não define como serão escolhidos as pró-CUT regionais, enquanto os “autênticos” hesitam em tomar uma posição definitiva sobre o assunto, os agapistas, reformistas e pelegos vão ocupando os espaços. Em Minas, na reunião inter-sindical realizada no dia 31 de outubro, Guilherme Tell, presidente do sindicato dos professores e membro da pró-CUT, apresentou um documento onde propunha o ressurgimento da finada “Unidade Sindical Mineira”, com todas as suas características burocráticas anteriores e contra o próprio espírito da CONCLAT que elegeu elementos de base para a pró-CUT.

Esta não tinha resistido à preparação da CONCLAT em Minas, mostrando grande inoperância e afastamento das bases. Em seu lugar funcionava, após a CONCLAT, um organismo inter-sindical que franqueava a participação a militantes de base. Agora surge um documento propondo o fim da participação das bases nas reuniões inter-sindicais e a criação de uma Comissão executiva de 15 membros, que seria o único organismo apto a convocar uma plenária de sindicatos mineiros. Os participantes da pró-CUT teriam um assento como qualquer outro dirigente sindical nesta executiva.

A reunião, que contou com a participação de trinta sindicatos, sendo quinze

rurais, aprovou a exclusão das bases que “fazem críticas irresponsáveis às direções”, como afirmou um sindicalista pelego.

Os mais habilidosos argumentaram que a presença de sindicalizados traria “enormes despesas financeiras para as entidades” e, com isso, conseguiu o apoio de alguns sindicatos rurais. A votação chegou a este triste resultado por uma diferença insignificante de quatro votos.

Ficou provado também o descaso de vários sindicalistas do PT e participantes da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Oposições Sindicais) que simplesmente não compareceram ou se retiraram mais cedo da reunião. Faltaram pelo menos sete sindicatos combativos de Belo Horizonte e o próprio Sindicato de João Monlevade não compareceu.

Várias questões ficaram para serem resolvidas na próxima reunião que se realizará no dia 5 de dezembro. A comissão sindical provisória do PT e vários sindicatos se comprometeram a convocá-la massivamente levando para ela a proposta de marcação de um novo ENCLAT e normas democráticas de funcionamento da pró-CUT. Além disso, militantes sindicais de base pretendem ir à reunião, para protestarem contra sua exclusão.

(da sucursal)



Assembléia dos funcionários públicos: momentos de emoção

Rio Grande do Sul

Funcionários públicos unificam campanha

O dia do funcionário público, 28 de outubro, foi festejado este ano no Rio Grande do Sul com uma assembléia geral onde cerca de 1.500 funcionários dos níveis federal, estadual e municipal buscarem acertar bandeiras comuns. A tônica das intervenções foi de denúncia da situação de miséria em que vivem a grande maioria dos servidores e a necessidade de buscar formas mais efetivas de pressionar o governo, utilizando até a paralisação da categoria.

Foi aprovada por unanimidade a exigência de reposição salarial de 120% a partir de novembro, reajuste semestral, 13º salário, direito à sindicalização, paridade de salários para mesma função, direito à creche e, a exemplo do proposto pelos professores estaduais, piso salarial para a categoria de 2,5 salários mínimos.

A assembléia deu prazo até o dia 4 de dezembro ao governo para uma resposta e no dia 5 realizará nova assembléia para

balanço da mobilização. No caso de não terem sido atendidas suas reivindicações, o que é tido como certo, discutirá a proposta de paralisação.

Foi aprovado por aclamação o apoio irrestrito às propostas tiradas na CONCLAT e à comissão pró-CUT: “a unidade dos servidores, nascida na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, com o apoio de todas as categorias de trabalhadores da nação, retrata hoje a conscientização do servidor público ante seus graves problemas e permite antever a conquista de seus direitos”.

Para todos que no dia 28 se apertavam no auditório da Assembléia Legislativa foram momentos de emoção e solidariedade. A próxima assembléia, a ser realizada em um ginásio de esportes, será um momento decisivo pois poderá ser acionada a paralisação de toda a categoria.

(Álvaro Merlo)

Construção Civil - SP

Pedro Pedreiro contra-ataca

Depois de perder as eleições, num vale-tudo típico do pior peleguismo tupiniquim, a oposição sindical da construção civil de São Paulo lança uma ofensiva de sindicalização e organização nas obras.

CENA 1 — São dez horas da manhã de um bonito domingo. Chegamos a uma favela da Zona Sul de São Paulo, a tempo de dar uma mãozinha no mutirão para a construção de mais uma nova casa, na luta contra o desfavelamento promovido pelo prefeito Reynaldo de Barros. Depois, uma cachacinha e um papo com o pessoal. Resultado: todos os companheiros presentes, trabalhadores da construção civil, se dispuseram a tornar-se sócios

do sindicato, trazendo inclusive mais companheiros, batalhando por um salário melhor e por um sindicato.

CENA 2 — São 11 horas da manhã de um sábado de pouco sol. Estamos na porta da um grande obra, no centro de São Paulo. Embora os trabalhadores da obra estejam em regime de tarefa — uma bruta exploração, muitos deles vêm conversar com a gente, interessados em se associar ao sindicato. “É”, reconhecem: “o sindicato nunca apareceu em nossa obra para saber como é o nosso dia a dia. Isso quer dizer que a atual diretoria não quer nem saber da categoria! Então a gente tem mais é que se associar para varrer esta pelegada!”.



Neste fim de ano dê **EM TEMPO:** de presente para seus amigos

Assinando EM TEMPO você e seus amigos terão a mais completa e regular informação e análise sobre tudo o que está se passando no cmapo da luta dos trabalhadores: o desenvolvimento do sindicalismo combativo e a construção da CUT, os pelegos que estão caindo pelo país afora, o passo a passo, por dentro e nas lutas, da consolidação do PT e os rumos da evolução das esquerdas no país.



A Editora Aparte S/A ● Rua Francisco Leitão, 57 ● Pinheiros ● São Paulo ● CEP 05414 ● Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque n.º por uma assinatura anual

Apoio Cr\$ 2.000,00 ()
Comum Cr\$ 1.000,00 ()
Exterior US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

O Sindicato dos Artistas e o DCE da PUC de São Paulo promoveram no último dia 9 uma exibição especial do filme seguido de um debate entre alguns de seus intérpretes e militantes do movimento sindical diretamente envolvidos nos acontecimentos tratados na obra. Aqui, uma apresentação do filme e a intervenção de alguns dos debatedores. (*)

Eles não usam Black-tie

"Eles não usam Black-tie" de Leon Hirszman, tem o grande mérito de colocar na tela a temática da classe operária brasileira.

Adaptando a peça de mesmo nome, escrita por Guarnieri em 1957, e transpondo-a para o momento das grandes mobilizações operárias de 1979, o filme centra sua ação nas relações de uma família operária. Otávio (Guarnieri) e sua mulher, Romana (Fernanda Montenegro), seu filho Tião (Carlos Ricelli) e sua namorada Maria (Bete Mendes), são personagens que, além das dimensões pessoais, afetivas, representam tipos humanos, quase estereótipos sociais em ação.

A relação entre Tião e Maria — início do filme — que precisou apressar o casamento por uma gravidez inesperada, cede lugar para as tensões sociais que se acumulam. É a greve na fábrica que estoura e onde cada personagem veste um papel específico, representando quase que movimentos internos da classe operária.

Otávio, velho militante sindical, várias vezes preso e já tendo cumprido três anos de pena, é contrário à greve, justificando suas posições pela precária organização existente. Confronta-se com um outro personagem — estereótipo: "o radical", "agitador porra-louca", que quer a greve a qualquer preço.

Deflagrada a greve — fora de cena, aparecendo no filme como fato consumado — Otávio e seus companheiros praticamente assumem sua direção.

Nesse contexto situa-se também o conflito entre Otávio e Tião, que muito além da "guerra de gerações" reflete o confronto de um velho e politizado militante com seu filho, "cabeça feita" pela ditadura, individualista, procurando vantagens pessoais pela dedicação, puxa-saquismo, convicto que este é o melhor caminho para que Maria, com quem vai casar, não passe pelas mesmas dificuldades de sua mãe.

Maria e Romana, as personagens femininas centrais, atuam como exemplo de força e determinação. A primeira, frente à traição do companheiro ao movimento, rompe com a perspectiva do casamento e com o tradicional papel de submissão feminina.

Já Romana, magistralmente interpretada por Fernanda Montenegro, é o personagem mais rico do filme, representando as condições reais da companheira do militante, que, o acompanha e apoia em todos os momentos; que teme pela repressão mas não hesita em ir brigar, na polícia, para tirar o marido da cadeia.

Vive-se na tela a deflagração da greve, as dificuldades nas portas da fábrica onde trabalham Otávio, Tião e Maria, os piquetes, a repressão policial e a morte de um dos ativistas.

O filme tenta reconstruir um dos momentos mais importantes da história recente do movimento operário — a greve dos metalúrgicos de S. Paulo de 1979. Um filme polêmico que, segundo seu diretor, só se completa pela discussão, debate, crítica.

Waldemar Rossi

Não sei exatamente com qual intenção, mas o filme se relaciona claramente com a greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1979: nesse caso, há vários aspectos a ressaltar.

Em primeiro lugar, na greve de 79 nunca houve a postura de agressão ao "fura-greve" e que é uma cena fundamental no filme. Pelo contrário, sempre se tentou discutir com ele e convencê-lo. Em segundo lugar, a greve não foi produto de um bando de "porra-loucas" como aparece no filme. A deflagração da greve em 79 foi decidida em assembleia geral da categoria, com mais de 6 mil trabalhadores presentes e depois de inúmeras assembleias setoriais numa conjuntura em que a greve realmente se colocava e como aconteceu em inúmeros outros pontos do país. Nada disso aparece no filme e então está se jogando nas costas da Oposição Sindical essa imagem de "porra-loquice" e de irresponsabilidade que não corresponde à realidade. O filme apresenta a questão como uma oposição entre dois grupos de operários — os "radicais" que querem greve a qualquer preço e os que querem organizar melhor o movimento. Com isso falseia-se o problema porque não discute a questão de fundo: as reais concepções de luta que norteiam cada uma das propostas. No filme, aqueles que na vida real têm negado qualquer tipo de greve aparecem representando a posição mais autêntica. Isso é um erro histórico que precisa ser corrigido.

Luis Inácio da Silva

Eu vou falar de desaforado pois não consegui ouvir nenhum diálogo do filme a não ser os palavrões da Beth... Mas acho importante a questão que aparece no filme quando o Tião afirma que se a greve é um direito, então ele tem o direito de não querer fazê-la. Isso lembra muito aquele chavão burguês: — "o direito de um termina onde começa o do outro". Soa muito bonito. Mas quando não se vive numa democracia, é a coisa mais falsa que alguém pode pensar. Ora, a greve é uma decisão coletiva e não individual. Se prevalece o que o Tião diz então é preciso acabar com o sindicalismo... O direito individual termina onde começa o direito coletivo. Por outro lado, concordo com o Rossi quando ele diz que o filme é negativo em relação às greves da época. Eu



mesmo, em 1980 tive de assumir um papel parecido com o do Guarnieri... e por isso mesmo me sinto à vontade para dizer... (eu não quero atacar ninguém aqui, apesar de que existem muitos dirigentes sindicais que não merecem nenhum respeito) mas em 79 tivemos várias reuniões com dirigentes sindicais que não tinham feito nada para mobilizar a categoria e depois vinham dizer que não tinha condições para a greve porque a classe não estava preparada... Então é preciso tomar cuidado com essa história de que tem de organizar, organizar. Isto serve também para não organizar nunca. Mas o que eu acho mais grave no filme é que em momento algum ele dá a dimensão do movimento operário. Por exemplo, não mostra o processo de conscientização dos trabalhadores durante a greve. De qualquer modo é uma pena que o Guarnieri não esteja aqui...

Lélia Abramo

Parece que houve uma tentativa de atenuar a posição que era explícita em 1957, no personagem de Otávio. Na transposição de lá para hoje, fica distorcida a imagem da peça e da corrente com a qual o filme se identifica. Concordo com tudo que foi dito antes mas só queria acrescentar que o filme passa muito a perspectiva do traidor. O personagem do fura-greve é muito forte, é propositalmente cínica, pois ele não se cansa nunca de dizer que não está arrependido. Além disso fica a imagem de que a culpa de toda a tragédia é do bando de "porra-loucas". Curiosamente o filme termina com o enterro de Braulio (Santo Dias) que na greve de 79 ampliou a greve. Houve então uma preocupação de adaptar o texto original, aos novos tempos.

Aurélio Perez

Creio que as semelhanças entre o filme e as greves são apenas no que houve de ruim no movimento de 78/79. Não há semelhança positiva. Por outro lado é preciso reconhecer os aspectos positivos do filme. Por exemplo, o conflito na família mostrando o dano causado pela ditadura na juventude operária. A despolitização da juventude é real. Há também o papel assumido pelas mulheres, tanto Romana quanto a Maria. Não são mais mulheres

que ficam em casa passivas ou alienadas. São mulheres combativas. Positiva também é a preocupação com a organização do movimento incentivada pelo filme. Mesmo que tratada de maneira insuficiente. Tomando a questão mais polêmica que é a da greve de 79 gostaria de ressaltar que na época existiam várias posições no movimento. Havia os que eram contra a greve e a boicotagem. Mas havia também aqueles que mesmo não estando de acordo com a sua deflagração, acataram a decisão da maioria e assumiram a greve.

Bete Mendes

Eu entendo a posição do Leon e do Guarnieri, enquanto artistas, em adaptar a peça aos novos tempos. A peça original se passava entre quatro paredes, dentro de uma casa. No filme há uma tentativa de universalizar aquela obra original. A meu ver o grande erro da tentativa consistiu em que, ao universalizar acabou particularizando numa greve determinada que foi a de 79. E o filme não foi fiel a ela.

Eu estou querendo dizer que, se a greve tratada no filme fosse uma greve hipotética, o filme não teria os problemas que tem. Além disso, pela limitação de recursos financeiros não era possível mostrar muito a massa. Assim a greve ali teve de ser muito personalizada e isso é negativo.

Outro aspecto que particularmente não gosto no filme é a supervalorização do personagem Tião. O "dedo-dura" aparece demais com seus dilemas, suas emoções, suas derrotas. A personagem Maria que seria o seu contra-ponto na verdade é ofuscada por ele e a sua "virada" política perde a força. Acho que o maior mérito do filme foi o prêmio em Veneza que levou para o exterior a classe operária brasileira.

(*)Debatedores presentes: Waldemar Rossi, da Oposição Sindical Metalúrgica de SP, Aurélio Perez, deputado federal pelo PMDB e dirigente metalúrgico, Lula, Líder sindical e presidente do PT, Bete Mendes e Lélia Abramo, intérpretes do filme e membros do diretório nacional do PT, Aldo Arantes, presidente da UNE, Claudia, dirigente da UBES, Claudio Campos do jornal Hora do Povo e Osvaldo Mendes, crítico de cinema e teatro.

XXXIII.º Congresso

Rio e Minas

Vende-se a UNE Dois pesos e duas medidas

Prosseguindo na sua campanha de desmoralização da entidade, a diretoria da UNE quer transformar o congresso numa grande promoção comercial. Como se já não bastasse o caráter festivo-turístico dado pela sua realização em Cabo Frio, a diretoria, agora, parte para vender para empresas comerciais todo o espaço onde o congresso vai se realizar e até mesmo se propõem, eles próprios, a serem garotos-propaganda, vestindo camisas de algum produto. Este é o plano da diretoria, confirmado em entrevista ao Jornal do Brasil pelo vice-presidente Luis Mariano.

"A UNE aceita dinheiro até de multinacionais porque a sua relação com empresas e órgãos estatais é antiga. Só que era feito de outra maneira, muita gente desconhecida, agora causou surpresa".

Essa iniciativa, ao contrário do que diz Mariano, não tem paralelo na história da UNE. Em nenhum momento a entidade trocou as faixas contendo suas bandeiras políticas por slogans comerciais. Em nenhum momento a entidade colocou à venda o seu espaço próprio de organização. Mais ainda, ela nunca se colocou como uma entidade confiável às empresas tampouco com um comportamento empresarial.

E, é claro, isto tem um preço político: hoje se mostrar confiável às empresas; amanhã fazer acordos políticos com o governo em troca de benefícios materiais, para erguer uma "máquina" de controle aquele que deveria apresentar.

(Da Sucursal do Rio)

O preço da diretoria

1 — Merchandising com diretores e candidatos à diretoria da UNE: utilização de camisa com marca a ser promovida. Custos: presidente Cr\$ 150 mil por dia; vice-presidente, Cr\$ 100 mil por dia; cinco candidatos, Cr\$ 50 mil por dia.

2 — Colocação de balão ou objeto com marca ou produto a ser promovido: Cr\$ 300 mil por dia.

3 — Colocação de faixas ou painéis tamanho 8m x 80 cm, com a seguinte discriminação: uma atrás da diretoria no palanque oficial no estádio, outra na tribuna de oradores (dias 12, 14 e 15), ao custo de Cr\$ 300 mil por dia; doze nas marquises e locais de acesso ao estágio (dias 12, 14 e 15) ao custo de Cr\$ 100 mil por dia; 100 em locais de movimento de estudantes (entrada das universidades) e pontos de afluência nas cidades da Região dos Lagos. Custo, Cr\$ 20 mil por semana. (Jornal do Brasil, 5/11).

No Rio e em Minas, dois congressos de UEEs. No primeiro, um festival de acordos de tendências e rasteiras na disputa pelo poder; no segundo, um esforço de elaborar propostas para a crise da Universidade e do movimento.

O movimento estudantil vive hoje uma das maiores crises dos últimos anos. Mas se o clima de desmobilização é o mesmo em todo o país, os dois congressos estaduais de estudantes recém realizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, foram muito diferentes.

O Congresso estadual mineiro, apesar da pequena representação da UFMG — a mais importante universidade do estado — teve boa representatividade. Preocupados em apresentar alternativas mais amplas para a questão educacional, os estudantes mineiros posicionaram-se por um Congresso Nacional da Comunidade Universitária, que trace os rumos de uma reforma radical da instituição. E no sentido de ampliar o debate sobre o ensino superior junto à população, o Congresso resolveu pela participação dos estudantes junto à Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB, cujo tema será "Educação para todos". Uma outra resolução foi a de organizar o Encontro da Juventude Mineira, onde serão debatidos os valores e problemas da vida cotidiana dos estudantes.

No plano político, os debates ficaram em torno do posicionamento da UEE-MG frente as eleições de 1982, sendo rejeitada a proposta de unidade de todos os partidos ditos de oposição. O que foi assumido pelo Congres-

so foi a proposta do próprio programa da atual diretoria, de manter a autonomia da entidade frente a todos os partidos políticos e o apoio dos estudantes aos candidatos e partidos comprometidos com a luta dos trabalhadores e que efetivamente assumam a pauta de reivindicações aprovadas na CONCLAT.

Apesar da inquestionável representatividade do Congresso, foi resolvido o adiamento das eleições da nova diretoria para março, garantindo assim um maior debate político entre os estudantes mineiros.

Rio de Janeiro

Bem diferente foi o acontecido no Rio, onde o Congresso atrasou por um dia e quase foi suspenso por falta de quórum. Em várias escolas, principalmente na UFRJ os estudantes recusaram-se a enviar delegados, questionando a representatividade do Congresso, apontando-o como mais uma das manipulações da diretoria da UEE.

E o Congresso nada fez para alterar essa situação: o debate sobre as questões educacionais cederam lugar a disputa de posições imediatistas que não chegam a apontar um rumo para o movimento. No plano político, foi aprovada a proposta formulada pela tendência estudantil do Hora do Povo, que detem a diretoria da entidade, de "frente

das oposições" para as eleições de 82, sendo rejeitada a proposta de que a referência dos estudantes para escolha de candidatos fosse a plataforma de lutas da CONCLAT.

Para finalizar, contrastando com a precariedade de sua organização, os agapistas conseguiram aprovar as eleições para a nova diretoria no próprio Congresso. Para isso contaram com o apoio das tendências até ali tidas como de oposição — adeptas dos jornais Voz da Unidade e Companheiro — que trocaram suas posições pelo aceno de participarem da chapa da nova diretoria. Não contavam, no entanto, com a rasteira dada pelo HP, que logo após verem aprovadas todas as suas propostas pela nova aliança, apresentaram uma composição de chapa onde esses parceiros ficavam em posição tão minoritária que foram obrigados a sair.

Com isso, o Congresso terminou com chapa única concorrendo às eleições e, conseqüentemente, mais um ano de Hora do Povo na gestão da UEE-Rio. A conseqüência também foi a desmoralização da ex-oposição, desmascarada pelo seu oportunismo, apontando para os estudantes a necessidades da construção de uma verdadeira oposição, nascida do descontentamento disperso e atomizado nas salas de aula e centros acadêmicos.

(Da Sucursal)

Educação contra o povo

Índices absurdos de evasão, diminuição progressiva do número de vagas oferecidas, fechamento de escolas. Resultado: a juventude como mão-de-obra não qualificada, sujeita a todo tipo de exploração.

Cerca de 60% das crianças paulistas que ingressam na rede escolar pública não chegam a terminar a 8ª série do 1º grau. Dados esses que não são particulares de S. Paulo, mas refletem a realidade educacional brasileira, onde 30% a população em idade escolar obrigatória — dos 7 aos 14 anos — permanece analfabeta.

Para os que conseguem ingressar na escola, a grande seleção ocorre no primeiro ano de estudos: 40% das crianças matriculadas na 1ª série do 1º grau não atingem o segundo ano letivo.

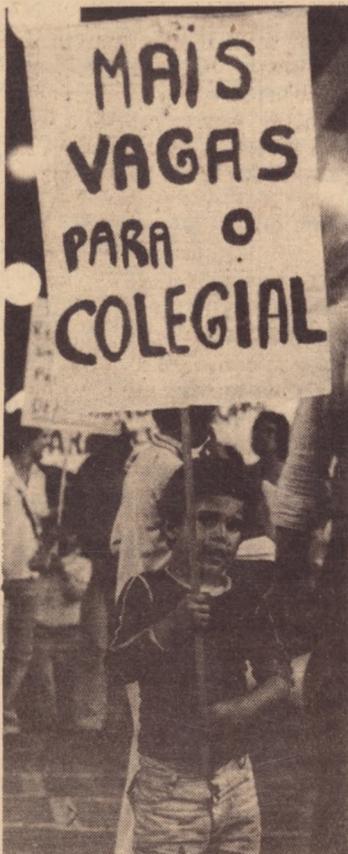
Pesquisa realizada por um estranho "Grupo de Assessoria e Planejamento" (GAP) da Secretaria de Educação de S. Paulo — formado basicamente por empresários e representantes de entidades patronais — concluiu pelo lugar comum: as crianças que param de estudar apresentam um baixo nível sócio-cultural e econômico, o que resulta em atraso na maturidade neuro-psico-motora.

Mas a mesma pesquisa aponta como razões da evasão escolar a

distância das escolas aos locais de moradia e a necessidade dos jovens de contribuir com o orçamento familiar. De onde se conclui que uma parcela considerável da juventude é rejeitada pela escola como quase deficiente, mas pode ser praticamente absorvida pelas empresas como mão-de-obra barata, não especializada.

Corrida de obstáculos

Se as péssimas condições de vida explicam as razões gerais da evasão escolar, por outro lado, a escola pública, tal como existe hoje, é uma verdadeira corrida de obstáculos. Sem recursos físicos, materiais e humanos devido a crônica falta de verbas para educação no país; organizada e imposta de cima para baixo, com uma rígida centralização burocrática, não tem flexibilidade para adequar-se a realidade e reais necessidades da população pobre que busca os bancos escolares. Seus currículos e conteúdos, muito poucas respostas apresentam para as centenas de milhares de crianças brasileiras



que mantem-se na escola por que talvez seja ali a única oportunidade de comer alguma coisa no dia.

Na rede particular, a situação não é muito diferente: dos 525 mil matriculados no 1º grau, a média de evasões é de 20% ao ano, chegando aos 30% nas escolas que atendem populações de baixas rendas. A situação é tão alarmante — só no Rio Grande do Sul foram fechados 234 estabelecimentos particulares no último ano — que os empresários do ensino propõem que o governo intervenha com um subsídio de 50% para a manutenção da rede.

Um grande funil

Mas a evasão escolar já é um dado constante do próprio planejamento governamental, estando presente na distribuição das vagas pelas diferentes etapas do ensino. Na rede pública estadual de S. Paulo, de 3,5 milhões de vagas no 1º grau, passa-se, drasticamente, para 500 mil no 2º grau. Ao mesmo tempo, aumenta a participação da rede particu-

lar: de 15% do total das 4,3 milhões de vagas existentes no 1º grau, passa para 35% de um total de 700 mil no 2º grau.

Isso significa que mesmo os que conseguem terminar a primeira fase da vida escolar, têm que passar por uma verdadeira maratona para continuar os estudos. E mais uma vez os mais fortes é que vencem. Praticamente não existem escolas de 2º grau nos bairros e cidades da periferia, e as poucas que existem são muitíssimo disputadas.

Asseguram a continuidade dos estudos apenas aqueles que podem pagar os cursos particulares e que, justamente porque têm dinheiro, tiveram oportunidade de uma formação razoável no 1º grau. Os demais, a parcela da juventude que não consegue continuar estudando, espalham-se pelas fábricas, empresas comerciais e de serviços, dando seqüência a carreira de seus pais: trabalhadores não especializados, mão-de-obra barata, cujos baixos salários não sustentam os filhos na escola.

(Por Lucy Ayala)

A condenação de Doca Street

Vitória das feministas

Doca Street foi condenado a quinze anos de prisão, num resultado esperado até por seu advogado de defesa. Mas o que significou a "absolvição" no primeiro júri (pena de 2,5 anos com direito a sursis) e a condenação no segundo?

por Maria Tererza Verardo

O primeiro julgamento de Raul "Doca" Street fora, na verdade, o julgamento da vítima, Angela Diniz, execrada como uma terrível "mulher sem honra", que, afinal de contas "provocara" sua própria morte. É surpreendente o número de mulheres assassinadas por motivos passionais, desde essa data: 772, segundo pesquisas da feminista carioca Rose Marie Muraro e da paulista Suzana Camargo, da Associação das Mulheres. O que parece indicar que a "absolvição" de Doca deu sinal verde a esse tipo de violência. O argumento utilizado pela defesa — legítima defesa da honra — poderia abrir um precedente para que numerosos casos semelhantes viessem a ter o mesmo desfecho.

No entanto, esse argumento parece ter perdido sua consistência, tanto que foi substituído, no 2º julgamento, pelo de "legítima defesa de direito seu", isto é, "o direito" que uma pessoa tem de repelir uma afronta a sua dignidade, de exigir respeito ao seu sentimento, de não se deixar trair nem humilhar" (explicação



Angela Diniz: pela segunda vez no banco dos réus

do advogado de defesa, a pedido do próprio juiz, que não tinha entendido a substituição).

Apesar dos esforços de boa parte da grande imprensa, que

dourou a imagem do playboy assassino, o caso chegou a escandalizar e desmoralizar a justiça. Afinal, o veredito ameaçava criar a imagem de uma justiça

suspeita, venal, sensível a influências, desacreditando o princípio da imparcialidade da legislação burguesa. A condenação, neste momento, não vem

recuperar essa imagem, legitimando essa justiça?

O advogado de defesa entrou imediatamente com recurso de anulação do julgamento. Enquanto isso, Doca, é beneficiado pela Lei Fleury, que permite aos réus primários aguardar em liberdade o julgamento do recurso. O esfriamento do caso pode criar, futuramente, condições para que os recursos da defesa sejam aceitos e a pena reduzida.

De qualquer modo a condenação, por cinco votos a dois, não deixa de ser uma vitória das mobilizações feministas que tomaram o crime como exemplo de toda uma legislação de cunho machista. A derrota da "legítima defesa da honra" deixou a esperança, como afirmou Rose Marie Muraro, ao final do julgamento, de que "acabe a mancha de mulheres no Brasil".

Contudo, a legislação discriminatória continua de pé, e as mulheres são consideradas, em grande parte, cidadãos de 2ª categoria, com responsabilidade e direitos limitados. E, nesse sentido, muita coisa ainda há por conquistar.

II Encontro das mulheres petistas de São Paulo

Romper os impasses do movimento

Os numerosos grupos feministas de São Paulo, depois de viverem as grandes manifestações de 79 e 80, estão passando por uma crise que se arrasta desde o início de 81: para onde ir? Sem uma política de organização de massas, unitária, os grupos foram perdendo sua capacidade de fogo e se dividindo cada vez mais.

O que resta, então, ao movimento de mulheres, se a única força que até então vinha se contrapondo às propostas manipuladoras do movimento foi incapaz de dar uma resposta política mínima à fundação da "Federação de Mulheres Paulistas" (ver EM TEMPO n.º 138)?

Unidade e trabalho de base

A experiência do SOS-Mulher mostra a quem quiser ver que os grupos podem trabalhar unitariamente se tiverem nas mãos uma tarefa definida em conjunto, um tema preciso de trabalho.

E a experiência de inúmeros núcleos do PT — na periferia da capital e no interior — mostra que é possível e necessário unir o feminismo e a mulher do povo, fazer um feminismo de massas. Através do PT — aproveitando

Convocadas pela Comissão Estadual de Mulheres, as petistas de São Paulo realizarão um novo encontro no dia 29 de novembro. O tema central será uma avaliação da situação do movimento no estado que tem sido, desde a década de 70, o centro do movimento de mulheres no país.

a sua enorme inserção popular — é possível intervir no movimento sem pretender transformá-lo em corria de transmissão das posições petistas. Através do PT — organizando a nível estadual e nacional a intervenção das militantes — é possível elaborar e por em prática uma política de construir o movimento de mulheres de baixo para cima, com autonomia de todos os partidos políticos, inclusive o PT.

É esta a nossa grande responsabilidade: como no movimento sindical, o PT é a única força que pode polarizar os setores combativos do movimento de mulheres numa alternativa contra os que conciliam com o que há de mais reacionário e só têm a propor ao movimento a sua manipulação.

A primeira questão é esclarecer de vez o problema da "Federação", possibilitando que todas as petistas se posicionem contra esse "fantasma". Ela não representa o conjunto das mulheres paulistas, nem reúne as

forças mais representativas do movimento. Não é capaz de encaminhar as lutas específicas das mulheres, nem se propõe a isso. Não sintetiza as experiências acumuladas desde o Iº Congresso da Mulher Paulista. Ela foi criada por cima das mulheres e não lhes reconhece o direito de dirigirem seu próprio movimento.

É preciso ter claro que uma entidade coordenadora das mulheres em movimento deve nascer como resultado da unificação da ação, em campanhas e reivindicações comuns. As mulheres paulistas até hoje não acumularam experiências unitárias, não conseguiram romper com o isolamento em pequenos grupos. Os momentos de unidade que foram os Congressos não conseguiram fazer com que suas coordenações funcionassem permanentemente, promovendo um processo de unificação real.

Esta unificação na luta ainda está por construir e é nossa tarefa enfrentá-la. O instrumento é a

Coordenação definida no III Congresso, são as Coordenações regionais que podem voltar a reunir a parte mais expressiva do movimento (petistas e não petistas).

As lutas centrais

Para construir, ao mesmo tempo, a unificação e o enraizamento do movimento, é preciso ter muito claras as principais lutas em torno das quais trabalhar. Elas estão sendo levantadas

cotidianamente pelas mulheres: luta por creches sob o controle da população; luta contra a violência à mulher; contra a discriminação da mulher no trabalho; campanhas de esclarecimento contra os projetos de controle familiar do governo, inclusive do Pró-Família, lançado no Estado de São Paulo.

Mas para que a intervenção do PT não fique só no papel, é preciso incentivar a criação de Comissões de Mulheres em cada diretório, procurar trazer para estas comissões as petistas mais representativas no movimento e articular estas comissões com a direção estadual através de representantes, que se reúnem periodicamente.

(Por Marília Carvalho)

30 mil desaparecidos na Argentina

As 12 horas do dia 10 um grupo de manifestantes se reuniu em frente ao Consulado da Argentina em São Paulo se solidarizando às Mães da Praça de Maio, e exigindo do Cônsul uma resposta sobre os milhares de brasileiros desaparecidos naquele País.

Durante a manifestação recolhiam-se assinaturas num abaixo-assinado que exigia da Suprema Cor-

te de Justiça que o desaparecimento das pessoas detidas fosse investigado.

Nesse mesmo dia e nessa hora as mães argentinas estavam reunidas em praça pública exigindo uma resposta do governo sobre os 30 mil desaparecidos na época da repressão. E nesse mesmo dia e nessa mesma hora milhares de manifestações semelhantes aconteciam em vários países. (MTV)

O EXEMPLO

A ditadura do proletariado

A Revolução Russa, que completou 64 anos no dia 7 de novembro, continua a ser uma fonte extremamente rica de lições para a classe operária de todo o mundo.

Tratamos aqui, daquela que talvez tenha sido sua lição mais importante: a questão do poder, de como é possível o exercício do poder de Estado pelos trabalhadores, de como pode se desenvolver a democracia direta dos trabalhadores.

Mostramos também como o funcionamento da democracia dos trabalhadores é infinitamente superior ao funcionamento de uma democracia liberal.

Finalmente insistimos sobre o perigo que representa a ampliação do coro reformista sobre as delícias da democracia burguesa que advirão com as eleições de 82 no Brasil. Nunca será demais lembrar que a luta pelas liberdades democráticas, não pode ser confundida com a defesa das instituições democrático-parlamentares, sustentadas pela máquina de repressão do Estado burguês.

Por João Machado

Na história da revolução russa vitoriosa foi verificada a concepção marxista de que a classe operária não pode simplesmente utilizar em seu proveito a máquina estatal capitalista, mas que esta máquina estatal deve ser destruída, e substituída por um outro tipo de estrutura de poder.

Durante o período da crise revolucionária, os aparelhos do Estado burguês começam a se decompor, a se desintegrar, inclusive o aparelho repressivo.

Por outro lado, se desenvolve de forma impetuosa a auto-organização dos trabalhadores, com seus organismos próprios de poder, que se enfrentam com o Estado capitalista e o abatem por meio de uma insurreição.

No lugar das antigas instituições estatais burguesas, os trabalhadores constroem a sua própria democracia, que Marx chamou de "ditadura do proletariado", para assinalar que através de sua democracia os trabalhadores imporiam ao conjunto da sociedade a sua direção, e expropriariam as antigas classes exploradoras.

O Congresso de fundação da III Internacional definiu da seguinte maneira o significado deste termo:

"A ditadura do proletariado é o esmagamento, pela força, da resistência dos exploradores, isto é, de uma infima minoria da

população: os proprietários de terra e os capitalistas. Segue-se então que a ditadura do proletariado conduz inevitavelmente não apenas a uma modificação das formas e das instituições democráticas em geral, mas ainda uma modificação tal que ela conduz a uma extensão até então desconhecida do princípio democrático em favor das classes oprimidas pelo capitalismo, em favor das classes trabalhadoras..." (Teses de Lênin sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado).

Os organismos fundamentais de poder dos trabalhadores tinham sido descritos por Marx na sua análise da Comuna de Paris (única forma de poder dos trabalhadores que conheceu) como conselhos de deputados eleitos nos bairros operários. A revolução russa tornaria realidade uma forma mais avançada: os sovietes (palavra russa que quer dizer "conselho"), isto é, conselhos de delegados eleitos por fábricas, por locais de trabalho em geral.

Estes conselhos foram a forma de organização dos trabalhadores que funcionou durante a tomada do poder e os primeiros anos da revolução.

Depois, à medida que a revolução russa se isolou durante muitos anos, com enormes dificuldades materiais, e passou por um processo de burocratização, os sovietes foram esvaziados e abolidos de fato. Outras revolu-

ções socialistas (como a chinesa) foram realizadas sem que o poder estivesse com os conselhos operários, de camponeses e de soldados, e já sob o domínio do princípio stalinista do partido único. Mas isto não significou que a experiência da revolução russa perdesse a sua validade, que só tivesse uma aplicação excepcional.

Em diversas crises revolucionárias desde 1917 assistimos ao processo de decomposição da máquina estatal burguesa, das forças repressivas inclusive, ou ao início deste processo. Isto ocorreu, por exemplo, na revolução alemã de 1917-23, na revolução espanhola de 1936-37, e de forma mais embrionária no processo revolucionário português de 1974-75. Também houve indícios do seu desenvolvimento em 1920 na Itália ou em maio de 1968 na França. Em todas estas situações, os trabalhadores rejeitaram as instituições do Estado burguês e começaram a construir seus órgãos próprios de poder, e de forma semelhante à da Rússia de 1917.

Mais ainda, os processos revolucionários hoje em curso — no Irã, na Nicarágua, e de modo diferente, mas não menos expressivo, na Polônia — confirmam a atualidade das formas de luta, das táticas utilizadas pelos trabalhadores russos em 1917. Em todos eles, há uma aspiração natural à auto-organização, há a tendência a construir por esta via um novo poder.

O funcionamento do poder socialista

Por Daniel Bensaid (*)

Em um artigo sobre o funcionamento dos sovietes no início da revolução russa, o jornalista americano John Reed evoca com precisão a democracia que reina no soviete de Petrogrado: "O soviete dos deputados operários e soldados de Petrogrado, que estava em plena atividade quando eu me encontrava na Rússia, pode oferecer um exemplo do funcionamento da organização governamental urbana do Estado socialista. Ele era formado de aproximadamente 1.200 delegados e, em circunstâncias normais, realizava uma sessão plenária a cada duas semanas. Ao mesmo tempo, ele

designava um Comitê Executivo Central de 110 membros, eleito sobre uma base de representação proporcional dos partidos; este Comitê Executivo Central convidava a participar de todos os seus trabalhos os membros do Comitê Central de todos os partidos, do comitê central dos sindicatos profissionais, das comissões de empresas e de outras organizações democráticas (...). A eleição dos delegados é baseada na representação proporcional, o que quer dizer que os partidos são representados segundo a proporção do número de votantes da cidade. Além disto, os delegados não são eleitos para um período determinado, mas podem ser destituídos a qualquer momento". (artigo na revista "Sob a bandeira do socialismo").

Vários princípios decisivos emergem desta reportagem: eleição e revocabilidade dos delegados; eleição proporcional, o que quer dizer pluralidade dos partidos; publicidade das deliberações; soberania dos organismos soviéticos unitários.

A Constituição inicial da Rússia soviética garantia explicitamente esta soberania pelo seu artigo 12, em virtude do qual "a autoridade suprema da República socialista soviética pertence ao Congresso Pan-russo dos sovietes e, entre as sessões deste congresso, ao Comitê Central Executivo Pan-russo dos sovietes". Já abolidos na prática, todos estes princípios foram oficialmente abandonados em 1936, com a "Constituição mais demo-

crática do mundo". No início da revolução, operários, camponeses e soldados elegiam em cada fábrica, na sua cooperativa, na sua caserna seus deputados aos sovietes locais, que elegiam os sovietes do escalão superior. A partir de 1936, o voto por distrito (e não mais por lugar de trabalho) é restabelecido; a população de tal distrito elege diretamente os seus deputados aos sovietes da cidade, ao soviete da República e ao Soviete Supremo. O laço indissolúvel entre a coletividade de base e seus representantes se encontra assim distendido ao extremo; as mediações, que permitem um controle, abolidas; o deputado no Soviete supremo, tão longe dos seus eleitores como um deputado na Assembléia Nacional na

França: toda reciprocidade entre organismos soviéticos supremos e organismos da base, rompido. O candidato único é eleito sem que seja conhecido, sem que tenha comas a presar. Como nota Roy Medvedev: "o novo sistema eleitoral enfraqueceu os laços entre os sovietes e as empresas. Estas perderam a possibilidade de influenciar a composição e a atividade dos sovietes. Os eleitores não podem mais controlar seus deputados nem, em caso de necessidade, mudá-lo".

No funcionamento soviético descrito por John Reed, nós ainda estamos longe da instauração do poder do partido único, por sobre os sovietes tal como se impôs depois, na URSS ou na China.

(*) Trecho do livro "A Revolução e o Poder"

na luta pelo socialismo

DOS SOVIETES

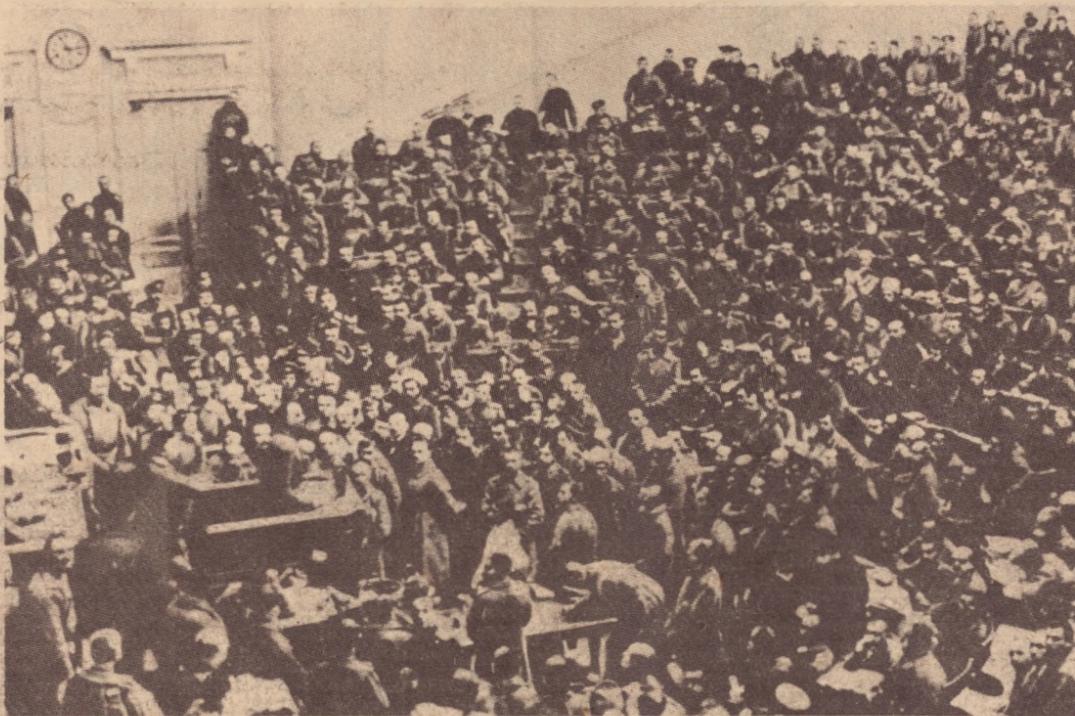
Os limites da democracia liberal

O funcionamento da democracia operária descrito por John Reed e Daniel Bensaid é imensamente superior à forma mais avançada possível da democracia liberal burguesa.

Imaginemos o Estado capitalista mais liberal: numa sociedade onde os meios de produção são, no fundamental, propriedade privada da burguesia, são realizadas eleições livres pelo sufrágio universal. O que vai limitar, neste caso, a existência da democracia?

Em primeiro lugar, o fato de que, nas eleições, os partidos e os candidatos que contam com maiores recursos financeiros terão sempre enormes vantagens. A razão disto é simples: para ter uma boa votação, é necessário em primeiro lugar poder divulgar suas idéias, seu programa, sua imagem, fazer uma boa campanha eleitoral — e isto depende de dinheiro, dinheiro para imprimir material de propaganda, para pagar cabos eleitorais (ou pelo menos custear a subsistência de companheiros que ajudem voluntariamente na campanha) para pagar viagens, para não falar de meios muito mais caros — e mais eficientes — de propaganda, como o rádio e a televisão, ou como filmes publicitários.

E os candidatos que são apoiados por grandes recursos financeiros somam a vantagem que



Primeira reunião da seção dos soldados do sovieta de Petrogrado em março de 1917.

conseguem durante a campanha eleitoral às vantagens que já têm em épocas normais: contam com jornais financiados pelos capitalistas que divulgam as suas idéias e a sua tecnologia, que os divulgam muito mais do que aos candidatos operários (que são em geral tratados com hostilidade). Os candidatos dos trabalhadores, além de contarem com poucos recursos para a campa-

nha, só tem acesso de modo geral à imprensa alternativa ou operária — muito mais fraca do que a grande imprensa burguesa.

A segunda limitação da forma liberal de democracia é a de não permitir nenhum controle real dos eleitores sobre os deputados. Estes têm alguns anos de mandato (quatro, por exemplo), durante os quais podem trair a von-

tade as promessas realizadas nas eleições. Além disso, a separação entre os poderes executivos e legislativos torna mais difícil o controle, mais difícil saber de quem é a responsabilidade pela situação.

Em terceiro lugar, o Estado burguês tem uma estrutura, uma máquina de funcionários permanentes, que não é afetada em quase nada pelo resultado das

eleições, mas que é extremamente sensível aos “argumentos” dos donos do capital, que podem comprar lealdades, pagar por serviços prestados, etc.

O setor mais importante deste aparelho permanente é o aparelho de repressão. Este aparelho, que em tese tem o objetivo de defender a “ordem”, é sempre usado para defender os interesses do capital contra os interesses do trabalho, como fica claro em qualquer greve, e mais claro ainda quando a ordem burguesa está em perigo — nestes momentos, os capitalistas podem recorrer a algum Pinochet, Videla ou Castelo Branco.

A finalidade mais importante do aparelho policial e militar na verdade é a de defender a sacrosanta propriedade privada dos meios de produção contra a “desordem” — e qualquer rebelião dos trabalhadores contra a exploração a que estão submetidos é considerada desordem.

Finalmente, é preciso enfatizar que mesmo a mais liberal democracia capitalista deixa em mãos dos capitalistas o controle dos setores fundamentais da economia — e isto lhes permite boicotar e impedir que seja aplicado qualquer plano econômico que não seja do seu interesse. A propriedade privada dos principais meios de produção dá à burguesia condições de pressão extremamente importantes contra qualquer governo de esquerda.

A estratégia de luta pelo socialismo

Para chegar ao socialismo, portanto, os trabalhadores não podem se aproveitar do aparelho e das instituições do Estado burguês, mas devem construir os seus próprios órgãos de poder, a sua própria estrutura de Estado. Quais as consequências que devem ser tiradas desta concepção, destas experiências, para a elaboração de uma estratégia dos trabalhadores com relação ao Estado, ao poder?

Na última edição do **EM TEMPO** (nº 139) tratamos de algumas destas consequências, destas lições: da necessidade de colocar num lugar subordinado a luta parlamentar, e de controlar de modo estrito esta atividade; e da necessidade de os trabalhadores manterem uma absoluta independência política com relação aos partidos da burguesia, mesmo os mais liberais.

Podemos extrair mais consequências desta concepção.

Por exemplo: em qualquer situação, devemos defender a organização autônoma e unitária mais ampla dos trabalhadores, a

sua própria democracia. Tudo deve ser feito para estimular a auto-organização dos trabalhadores; os socialistas devem desenvolver, suscitar, encorajar todas as formas embrionárias desta auto-organização. E não apenas na classe operária, embora esta seja a questão primordial. É importante apoiar também, por exemplo, o movimento autônomo de mulheres em luta pela sua emancipação, um movimento de soldados (comitês e sindicatos) unitário e autônomo em relação à hierarquia militar, a organização independente dos estudantes, todas as formas de organizações populares.

Esta questão é fundamental, em primeiro lugar, porque reforça a unidade e a eficácia na luta imediata. Mas além disso, representa o esboço do futuro poder proletário, da livre associação dos produtores tomando coletivamente em mãos seus próprios negócios.

Outra questão fundamental é o tratamento da questão da democracia em relação com as

instituições do Estado burguês. Devemos ressaltar a diferença essencial que existe entre as **liberdades democráticas** — que constituem uma conquista absoluta, que devemos defender, consolidar e aprofundar dentro do Estado dos Trabalhadores — e as **instituições estatais democrático-burguesas, parlamentares**. De nenhum modo devemos favorecer que se desenvolvam nas massas ilusões sobre estas instituições, sobre a possibilidade de democratizar o aparelho de Estado da burguesia, de realizar transformações por seu intermédio, etc. É necessário deixar claro que a outra face da democracia parlamentar liberal é a defesa da propriedade privada dos meios de produção, da máquina de repressão do Estado capitalista, e a impotência dos trabalhadores em tomarem seu destino nas mãos.

Um dos maiores crimes que os reformistas têm cometido contra os trabalhadores é a defesa das instituições parlamentares e do Estado capitalista em geral. Fre-

quentemente falam em “valorizar o Congresso”, frequentemente falam em “defender as instituições ameaçadas”. A edição nº 81 do jornal “**Voz da Unidade**”, por exemplo, traz um artigo de um deputado onde se põe nas nuvens o resultado alcançado pelas negociações entre deputados liberais e o regime para mudar o pacote da Previdência, salientando o aspecto... da valorização do Congresso!

Frequentemente, os reformistas acompanham a defesa do parlamento de considerações sobre a “neutralidade” ou o “caráter democrático” das forças armadas. O caminho da defesa das forças armadas burguesas (contra os “maus militares”) é insistentemente seguido pelo jornal “**Hora do Povo**”, por exemplo.

Este caminho de ilusões prepara a vinda de Pinochets, de Sarma e dos trabalhadores, impede-os de contar com a sua própria força. Legitimando a ordem capitalista, torna mais difícil o aparecimento de situações revolucionárias.

Os socialistas marxistas, ao

contrário, além de sempre assinalarem a diferença radical existente entre as liberdades democráticas conquistadas e as instituições burguesas, devem favorecer que as massas aprendam, pela sua própria experiência, a contar com sua própria força e dos seus organismos, e que a extensão da sua própria liberdade entra sempre em conflito com as instituições restritivas e enganosas da democracia liberal capitalista.

Finalmente, o apoio e o estímulo ao desenvolvimento de um poder dos trabalhadores não deve ser feito apenas na esfera diretamente política. Também é importante o controle operário ao nível econômico, o controle feito por comissões de trabalhadores sobre suas condições de trabalho, e mais ainda sobre setores da vida social (por exemplo, sobre os bancos, o transporte público, as usinas de energia, a televisão). É uma forma extremamente rica de aprendizado, de enfrentamento da autoridade restritiva e repressiva do Estado democrático-burguês.



NICARÁGUA

Dias decisivos para a revolução

Por Marcelo Zugadi



No início de outubro, o jornal *La Nación* da Costa Rica publicou um discurso de Humberto Ortega dirigido aos chefes do Exército Popular Sandinista. Humberto Ortega, um dos principais dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) é comandante do Exército e chefe das Milícias Populares, atua como ministro da Defesa do Governo revolucionário.

No seu discurso H. Ortega afirmou que seu governo está em condições de acabar, "em questão de horas e sem disparar um só tiro" com o poder econômico que "a burguesia ainda possui" (aproximadamente 60% da produção). H. Ortega teria acentuado o caráter "profundamente anti-imperialista, revolucionário, classista e anti-burguês" do processo em curso na Nicarágua. "Nossa força moral — disse Ortega — é o sandinismo; mas nossa doutrina é o marxismo-leninismo".

Agravamento das tensões

Poucos dias depois, numa concentração de milicianos em frente à Casa do Governo, H. Ortega advertiu que é preciso evitar "medidas violentas" que pudessem servir de pretexto para uma agressão externa. Mas ao mesmo tempo, ordenou às Milícias prepararem listas dos inimigos da revolução e afirmou que "aqueles que apoiam os planos do imperialismo serão os primeiros a aparecerem pendurados ao longo das ruas". Nesta oportunidade, H. Ortega anunciou novas expropriações e pediu aos milicianos que "denunciem os empresários que dificultem a formação de milícias dentro das fábricas".

Essa mudança de tom nos dirigentes nicaraguaenses reflete o agravamento das tensões entre a burguesia e o operariado como resultado das manobras dos capitalistas em estreita aliança com o governo dos EUA. Ao mesmo tempo em que se sabota a produção, os créditos internacionais são bloqueados para impedir a reconstrução de um país arrasado pelo saque e pela guerra. Além disso, crescem dia a dia as ameaças de invasão.

No Brasil temos visto um ensaio geral da campanha psicológica que o governo norte-americano e seus aliados promovem para preparar a opinião pública, visando a intervenção militar na América Central. A reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) no Rio de

Janeiro, foi um cenário montando especialmente e para dois grandes atores: Violeta Chamorro, porta-voz da burguesia nicaraguense e George Bush, vice-presidente dos EUA. "Estamos pior que antes" declarou Violeta Chamorro, enquanto Bush advertia que os nicaraguenses "têm que atuar rapidamente" para "se livrarem das cadeias que 500 assessores cubanos estão desenvolvendo lentamente em torno deles". Os integrantes da SIP (um organismo patronal provavelmente penetrado e manipulado pela

CIA) se lançaram em um campanha desenfreada em apoio à operação que Bush iniciou sem eufemismos: "o ocidente não permitirá que a Nicarágua siga os passos de Cuba".

Enquanto isso acontecia no Rio de Janeiro, em Manágua o Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP) difundia um documento no qual se reconhecia que "estamos chegando ao ponto de não retorno". Segundo os capitalistas, o governo está levando o país a uma "aventura marxista-leninista" e "prepa-

rando um novo genocídio". O documento condenava o "internacionalismo", qualificado como "doutrina de uma minoria radical e fanática".

O governo respondeu com a detenção de 4 líderes empresários, dentre eles o presidente do COSEP.

Ao mesmo tempo que afirmava sua linha revolucionária e desferia um duro golpe no empresariado, o governo nicaraguense deteve o secretário-geral do Partido Comunista Nicaraguense, Eli Altamiro e vários membros da Central de Ação e Unidade Sindical (CAUS). O PCN é uma fração stalinista do PC, formada em 1967, e que proclamou sua adesão a Moscou porém sem ser reconhecida pelo Kremlin. O CAUS conta com apenas 5% dos operários organizados mas está implantada em alguns dos maiores ramos industriais de Manágua. Segundo Estado de São Paulo, a CAUS denunciou a FSLN por "adotar uma linha capitalista" ao manter a economia mista e exigir a substituição do atual governo por um "governo operário e camponês". Suas críticas tornaram-se mais agudas quando, dois meses atrás o governo decretou a proibição de greves, ocupações de fábricas e de terras.

As dificuldades da revolução

A manutenção de um setor privado da economia não implica em "adotar uma linha capitalista". Quanto à proibição das greves, é claro que reflete as dificuldades da FSLN para enquadrar as forças das massas trabalhadoras no marco de uma gravíssima crise econômica e da ameaça permanente da invasão imperialista. As dificuldades políticas da FSLN advêm de sua própria história, reafirmando a necessidade do partido leninista que os dirigentes sandinistas se esforçaram para criar em meio ao árduo combate.

As dificuldades econômicas partem da necessidade de fundar as bases de uma sociedade socialista a partir do extremo subdesenvolvimento, o bloqueio e a iminência da guerra. Nenhuma dessas dificuldades poderão ser resolvidas da noite para o dia. Dois anos de revolução demonstram que a FSLN merece a confiança que as massas lhe depositam e que está levando a termo a tarefa histórica colocada pela revolução nicaraguense e centro-americana.

Conferência dos Exércitos americanos Tecendo os fios da invasão militar

Reuniu-se em Washington a Conferência dos Exércitos Americanos. Quando da sua realização há dois anos atrás, na Colômbia, a estrela máxima foi o então comandante do exército argentino e hoje presidente deste país Roberto Viola. Naquela oportunidade, Viola afirmou que "El Salvador não seria uma nova Nicarágua". Sem dúvida, a ajuda militar que a Argentina obteve dos EUA, somada àquela dada pelo imperialismo à junta salvadorenha, não pôde evitar seu deterioramento constante. Reagan e seus aliados se vêm diante da alternativa de invadir a América Central ou aceitar que a revolução triunfe em El Salvador e dê um impulso decisivo aos insurgentes guatemaltecos.

Por isso, no mesmo momento em que os chefes dos exércitos latino-americanos (com duas exceções) achavam-se reunidos, o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig, fez pública sua ordem ao militar em El Salvador, Cuba e Nicarágua.

Dois dias antes, soube-se que em Cuba haviam se mobilizado as forças armadas e as milícias em alerta ante a possibilidade de bombardeios aéreos e intervenção de forças yankees e mercenárias na ilha. Cuba não participa na Conferência dos exércitos. Na reunião passada permitiu-se a assistência da Nicarágua, que desta vez não foi convidada. As razões são por demais óbvias.

Não parece, porém que os projetos de Haig tenham tido êxito: só o representante argentino, general Galtieri, mostrou-se

publicamente de acordo em assumir a tarefa de enviar tropas à América Central. Ao mesmo tempo que se realizava a Conferência, o chanceler nicaraguense Miguel d'Escoto reuniu-se em Brasília com o chanceler Saraiva Guerreiro e com Aureliano Chaves. Ambos ratificaram a posição negativa face a qualquer tipo de intervenção estrangeira. A oposição do México e do Brasil aos planos militares de Reagan combina-se com o temor dos parlamentares norte-americanos perante a perspectiva de um novo Vietnã. Os especialistas militares afirmam que é impossível que tropas regulares dos EUA aspirem a um sucesso rápido frente ao exército cubano, um dos melhores do mundo e ao nicaraguense que, segundo informes de Washington, acaba de receber 1.000 helicópteros e aviões que os EUA perderam no Vietnã e que aquele país colocou à disposição da Nicarágua. Uma ação que não tivesse resultados imediatos só conseguiria incendiar toda a América Latina, além de estimular o movimento de oposição do próprio povo norte-americano.

O exército argentino, disposto a enviar tropas em ajuda a Reagan necessita por sua vez, de ajuda: no dia 7 de novembro último, uma manifestação de milhares de pessoas em Buenos Aires desafiou um descomunal dispositivo repressivo para gritar: "Fora com os militares", que governam desde 1976 e têm afundado o país na crise econômica e política mais grave de sua história (M.Z.)

POLÔNIA

Às vésperas do confronto

A pesar da tentativa de compromisso proposta pelo general-primeiro ministro — e agora secretário-geral do POUP — Wojciech Jaruzelski, o processo da revolução política continua em pleno desenvolvimento na Polônia. Jaruzelski tenta impor à direção do sindicato Solidarnosc a idéia de formação de um “governo de salvação nacional”. Mas os quase quatrocentos mil trabalhadores ainda em greve por todo o país, puxam Walesa e os outros companheiros da Comissão Nacional do sindicato para o outro lado: o do compromisso com a independência da classe operária.

A idéia de “abertura das estruturas de poder”, proposta por Jaruzelski logo após assumir o posto de Kania em 18 de outubro, não é nova. Nos últimos três meses, os “duros” do birô político do POUP, Kubiak e S. Olszowski, assim como o presidente da Associação Católica PAX no Parlamento, I. Reiff, já vinham propondo uma “solução efetiva de transição” face à desmoralizada e insegura política de Kania: uma frente que englobasse o POUP, a Igreja e o Solidarnosc. Várias foram as declarações de conselheiros e dirigentes do Solidarnosc no sentido de apoiar tal medida, como por exemplo os apêlos de “paz” e “moderação” para construir um “governo de união nacional” feitas por J. Kuron e B. Geremek, importantes membros do Presidium do Solidarnosc. A Igreja também não perdeu seu tempo e conclamou o povo “a concórdia com o governo”. Walesa, por seu turno, desobedecendo à democracia do sindicato saiu à frente na tentativa de estender sua mão à Jaruzelski e decretou no dia 4 de novembro a “suspensão de todas as greves por três meses”.

A burocracia polonesa faz a sua mais ousada tentativa de quebrar o sindicato Solidarnosc procurando impor a idéia de formação de um “governo de salvação nacional”. Mas as greves continuam, um calendário de mobilizações foi aprovado e já se discutem projetos de autogestão e de tomadas de direção das fábricas.

Por Wagner Cardoso



Ao mesmo tempo, reunia-se em Gdansk a Comissão Nacional do Solidarnosc para deliberar um calendário de lutas “capaz de permitir a realização por meios próprios, sem esperar eventuais negociações, os objetivos mais urgentes de seu programa, aprovado no I Congresso recém realizado.” O calendário: na primeira semana de dezembro, eleição de comitês de autogestão, através de referendos na fábrica; no mesmo período, agitação nas ruas sobre as necessidades mais urgentes da população. Prevê-se ainda a possibilidade de realização de “greves ativas” (controle da produção e da distribuição) ao invés das “greves de ocupação”. No dia 17 de novembro, ampla campanha nacional para exigir o acesso do Solidarnosc aos meios de comunicação e, finalizando, no dia primeiro de dezembro, “uma apresentação ao povo de um projeto de lei sobre a nova forma de eleição para o Parlamento e “Conselhos do Povo” (assembléias regionais).

Em síntese, podemos perceber que apesar das tentativas de alguns dirigentes e conselheiros do Solidarnosc em dar alento aos apelos da burocracia, a base do sindicato e várias direções regionais rejeitam em aceitá-lo. Além das constantes greves, elas continuam propondo projetos alternativos, procurando garantir a unidade do movimento.

A seguir, publicamos dois documentos sobre o que é o nó górdio da batalha dos trabalhadores: uma sobre a tática da “greve ativa” como forma de luta viável neste período e a outra envolvendo a questão do poder, a Autogestão e os conselhos operários.

Autogestão nas empresas

As bases para o controle operário da produção.

Este texto é parte das “Atividades dos órgãos de Autogestão nas empresas”, elaborado pelo “Grupo de Lublin,” do qual fazem parte delegados das regiões mais combativas do país como Lublin, Lodz, Katowice, Varsóvia, Poznan, Wroclaw, Geleña Gora, Radom e dezenas de outras. Este grupo foi formado na primeira reunião inter-regional dos comitês de autogestão, dos conselhos operários e das direções regionais.

1) órgãos de autogestão operária democraticamente eleitos ou os comitês fundadores têm como tarefa: a) adaptar os estatutos gerais de autogestão operária às condições específicas das empresas; b) poder contar com todos os meios técnicos e locais; c) listar todos os atos normativos relativos ao funcionamento da empresa; d) preparar as bases da documentação para a organização de um concurso para os postos de diretores e altos funcionários;

2) Antes de assumir definitivamente a gestão da empresa, o conselho terá por principal tarefa obter da direção um relatório sobre a empresa, acompanhado de um esquema organizacional e de circulação da informação na empresa. Tal relatório constituirá a base para estabelecer a hierarquia das atividades dos órgãos de autogestão.

3) Após a elaboração do relatório, que deve ser estudado pelos conselheiros e

apresentado a todos os trabalhadores, uma das prioridades da autogestão será a crítica do sistema salarial em vigor e a preparação de uma nova política salarial, correta e aprovada por todos.

4) O Conselho operário deve organizar comissões permanentes com caráter consultivo.

5) A autogestão da empresa não significa uma ingerência sistemática nas decisões da direção mas sim, o direito de controle da direção e a possibilidade de questionar suas atividades.

6) Não poderemos aceitar os planos de produção sem sabermos da existência de meios para realizá-lo.

7) Tem-se que implementar um amplo programa de formação sócio-econômico dos trabalhadores e dos militantes.

8) Os órgãos de autogestão devem ter acesso à imprensa sindical, aos meios de comunicação e informação.

9) Todos os órgãos de autogestão e seus comitês fundadores devem lutar pela promulgação dos decretos-leis sobre a reforma econômica, a autogestão, garantindo a gestão da empresa pelos trabalhadores.

10) Urge criar comissões regionais de elaboração dos órgãos de autogestão e apoiar massivamente o movimento de conselhos operários.

A tática das greves ativas

Comitês de greve assegurariam o trabalho, controlando as empresas.

Este documento é parte das teses do Comitê Regional de Lodz do Solidarnosc.

“As formas de luta do Solidarnosc, inclusive e principalmente sua arma predominante — a greve de massa — deveriam estar subordinadas a seu objetivo estratégico. A greve de ocupação, tal qual foi praticada até hoje, é como uma arma de dois gumes. A interrupção do processo de produção, dependendo de sua duração, freia sempre a produção dos bens materiais, limitando a possibilidade de satisfação dos bens sociais. Face ao aprofundamento da crise econômica e da grave falta de alimentos, deveremos repensar nossas formas de lutas.

Não se trata de dizer que o abandono da greve vai ajudar-nos a vencer a crise. Não bastam dez ou mil dias de paz para resolver nossa profunda crise social, pois não foi ela a causadora do caos, mas sim a decomposição do sistema do poder político e econômico da burocracia. De um lado, a experiência mostra que sem uma greve geral prolongada não estamos seguros que a sociedade obterá suas reivindicações. De outro, a paz social é somente algo bem aparente, superficial, podendo ser rompido a qualquer momento. Entretanto, a greve de ocupação passiva utilizada até hoje (sem que a descartemos em definitivo) não pode ser atualmente a nossa única arma (...). Devemos estar prontos para

passar da greve de ocupação passiva à greve de ocupação ativa.

Durante as greves de ocupação passiva, as comissões de fábrica do Solidarnosc, transformadas em comitês de greve, tomam automaticamente o poder dentro das empresas. Na greve ativa, após uma parada brusca da produção, os comitês de greve asseguram a retomada do trabalho, controlando a produção, assim como toda a atividade da empresa. Além disso, após o fim da greve, contrariamente às greves passivas, o poder das empresas não volta mais às mãos dos antigos diretores, mas sim é transmitido aos órgãos de autogestão operária.

Nas empresas de jornada de trabalho contínua, não é possível fazer-se a greve passiva, o que não significa que não se faça greve. Os trabalhadores lá passam diretamente para a greve ativa. Os comitês de greves controlam plenamente os serviços públicos — as centrais elétricas, térmicas, as companhias de gás, de aquedutos, as casernas dos bombeiros (...).

(...) A produção e a distribuição sob controle dos trabalhadores será o caminho mais efetivo para acelerar o processo de auto-organização da sociedade enquanto real propriedade de seus meios de produção, livrando a crise do caminho da nação”.

Ele era continuidade e revolução

Mário Pedrosa

Com 81 anos, morreu no Rio de Janeiro o combatente incansável do socialismo e da cultura, dirigente do PT.

Por Júlio Tavares

"Sou PT número 1", dizia Mário Pedrosa com orgulho. Na verdade, mais do que um gesto simbólico, a sua assinatura na primeira ficha de inscrição do partido aos 79 anos, confirmava a opção de toda uma vida. Era "continuidade e revolução", como disse Chico de Oliveira. Homem de cultura invulgar e grande sensibilidade.

Desde muito jovem, Mário ligou-se à causa dos explorados. Aos 16 anos, veio para o Rio, estudar na Faculdades de Direito. Lá conheceu Lívio Xavier, grande amigo e companheiro de lutas. Era o período da revolução russa que abalou o mundo e abria as portas da revolução socialista mundial. No Brasil vivia-se a formação e o despertar da nossa muito jovem classe operária. As grandes greves operárias de 1917 e 1919 no Rio e em São Paulo avivavam o espírito da nova época.

Em 1922, era formado o Partido Comunista Brasileiro. As classes dominantes brasileiras, sempre vendo o problema social como caso de polícia, lançam a lei Anibal de Toledo, tornando o PCB ilegal. A repressão aumenta. Mário parte para Berlim. Em mãos, uma carta de apresentação de Astrogildo Pereira — um dos fundadores do PC — para estudar na Escola Leninista na URSS.

"Eu estava na Alemanha em contacto com o PC alemão — nos conta Mário — e não pude seguir viagem por causa do inverno rigoroso. Fiquei, então, numa célula do partido, esperando a primavera". De lá, Pedrosa iria acompanhar o desenvolvimento da luta interna no partido bolchevique que culminou com o esmagamento da oposição no 10º aniversário da revolução. Ganhava, assim, velocidade no interior do partido fundado por Lenin, o ascendo do stalinismo, a negação da política e dos métodos revolucionários.

Na oposição Internacional

"Quando Trotsky foi mandado para Prinkipo em 1928, foi um grande choque para todo mundo. Nessa ocasião eu recebi — nos fala Mário — os documentos da Oposição e me posicionei ao lado dela." "É, da Alemanha, mandou para o Brasil os primeiros documentos da Oposição Internacional, vindo posteriormente a se juntar aos que travavam a luta interna aqui. Formou, então, juntamente com uma célula que tinha sido expulsa do PC, no Rio de Janeiro, o Grupo Comunista Leninista que chegou a editar o jornal "Luta de Classes" e depois se tornou a seção brasileira da Oposição Internacional de Esquerda.

Em São Paulo, a liga consegue alguma inserção entre os trabalhadores e alguns de seus militantes se inscrevem entre os principais dirigentes da recém fundada Federação Sindical de São Paulo.

Já naquela época apareciam nas ruas,

"Posso agora sorrir e predizer que o Brasil será um país feliz: a hora da emergência da nova classe operária e da emergência de um Brasil novo, liberto afinal da opressão, coincide. Quando Karl Marx, meu mestre, proclamou no século passado que "a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores — esta verdade não mais se apagou da história" (carta mandada a Lula, em 1º de agosto de 1978)

"Um novo momento histórico aparece com força para projetar em todas as camadas da população, até ontem sem presença, nem esperança, uma nova luz. Essa nova luz se concretiza nessa grande generalização de classe dos militantes operários que, coroando todas as suas lutas, se reúnem para formar o novo Partido dos Trabalhadores, bandeira que nenhum brasileiro não comprometido com a dominação das classes dirigentes pode desconhecer".
(do livro "Sobre o PT", de 1980)



Paixão pelas artes

Uma das grandes paixões de Mário Pedrosa foi, sem dúvida, as artes. Não foi apenas o mais completo e o mais respeitado crítico de arte do Brasil. Foi um dos seus principais incentivadores. O amor pelas artes e pelo socialismo, para ele, sempre andaram de mãos dadas. Em 33, momento em que tinha uma intensa militância, escreveu um ensaio estético sobre as tendências sociais da arte. Quando no seu primeiro exílio, na Europa, manteve ligações com os surrealistas, e trabalhou nos Estados Unidos, em um Museu de Arte Moderna e na União Pan-Americana.

Em 1947, lança a seção de artes plásticas do "Correio da Manhã". Em 57, lança uma seção semelhante no "Jornal do Brasil".

Embora defendendo uma arte racional, como disse Ferreira Gullar, foi o primeiro a apoiar e a defender o trabalho de Nise da Silveira, trabalho esse que veio redundar na formação do Museu de Imagens do Inconsciente. Foi um dos primeiros, que no Brasil, defendeu a arte de vanguarda, a arte abstrata. Foi jurí diversas vezes da Bienal de São Paulo, a qual esteve muito ligado, além de diretor de Museu de Arte Moderna.

Um dos seus últimos sonhos foi fazer uma exposição de arte e cultura indígena. Sonho que não pode realizar, devido ao incêndio do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Mário Pedrosa deixa várias obras sobre arte e cultura.

espancando as pessoas, os integralistas, os fascistas caboclos. Tomando como base as propostas de Trotsky, em defesa de uma frente entre socialistas e comunistas contra o avanço do nazismo, a pequena organização foi a primeira a defender a formação de uma frente contra o fascismo em nosso país.

Os esforços da pequena organização, apesar da posição obtusa e sectária do PC, acabaram se concretizando dramaticamente em um forte confronto de massas com os integralistas no dia 7 de outubro de 1934 no qual morreram quatro pessoas. Os fascistas foram escorraçados na Praça da Sé, em São Paulo.

Após o golpe de Getúlio em 37, Mário passou a ser procurado por vários órgãos de repressão. Dois anos antes havia se casado com Mary, sua companheira até o fim da vida, e em 36 havia nascido sua filha Vera. Teve de deixá-las e, com o passaporte de um amigo, viaja para a Europa.

Com a fundação da IV Internacional em 1938, foi eleito para o seu primeiro Comitê Executivo. A contra-revolução estava no auge. O nazismo, o fascismo, o franquismo coloriam o mundo. Poucos, sem força de aparelho partidário, perseguidos, os membros da Oposição Internacional viviam sob enorme pressão.

Construindo o PT

A pequena internacional se debatia em torno ao dilema de defender ou não a Rússia incondicionalmente em caso de uma nova guerra. A posição de Trotsky era de que, apesar da degeneração, a URSS era um Estado operário e, portanto, tinha de ser defendida. Mário estava então nos EUA, onde militava no partido então o mais forte da nova Internacional. Lá se desenvolveu uma minoria mais agressiva e mais crítica à qual Mário veio a se ligar. As divergências vieram a se cristalizar em dissidência política com o desligamento da Internacional do grupo ao qual Mário pertencia.

Veio o fim da guerra e com ela um novo período. Mário retorna ao Brasil. Busca formar um partido socialista independente e, com alguns de seus velhos camaradas, lança o jornal Vanguarda Socialista. Posteriormente se ligou ao nascente Partido Socialista, que viria a ter uma existência secundária no quadro político nacional.

Já na década de 60, a sua oposição à contra-revolução de 64, o leva mais uma vez ao exílio. No Chile de Allende, participa do movimento de resistência dos exilados e com o golpe de Pinochet volta à Europa. Sempre lutando pelas liberdades democráticas, pelo socialismo e pelas artes, Mário retorna ao país em 77 já doente. Mesmo doente, com esperanças, com projetos. Foram estas esperanças fortalecidas por toda uma vida de combates que o fazem, de forma pioneira, trilhar o caminho da luta pela construção do PT.